ESTUDO PRELIMINAR PARA A IMPLANTAÇÃO DE
CURSOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM E AUXILIAR
DE ENFERMAGEM NO ESTADO DO PARANÁ

LÉA MARIA DA FONSECA

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Saúde Pública da Univer-
sidade de São Paulo, Departamento de
Prática de Saúde Pública, para obten-
ção do título de Mestre em Saúde Pú-
blica.

Orientadora: Dra. Nilce Piva Adami

São Paulo

1978

BIBLIOTECA
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SP - 8

A meus pais,
Estevão e Doralina,
pela satisfação que este
trabalho lhes proporcionará
e,
ao meu noivo, Nelson,
pela compreensão, carinho e
apoio constantes.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus mais sinceros agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Reinaldo Ramos, pela orientação inicial deste trabalho e, especificamente, pelo apoio constante ao meu aperfeiçoamento profissional.

À Dra. Nilce Piva Adami, pela continuidade da orientação deste trabalho e, em especial pelas valiosas sugestões oferecidas, as quais muito contribuíram ao enriquecimento do seu conteúdo.

À Irmã Maria Turkiewicz, Diretora da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré", Curitiba, Paraná, por ter permitido a realização de um estudo sobre a situação da enfermagem a nível de sua Escola e pelas sugestões valiosas.

À Irmã Amélia Eva Sangali, Pedagoga, habilitada em Administração Escolar, da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré", Curitiba, Paraná, pela colaboração prestada na fase de levantamento de dados.

À Dra. Ernestina Maurer Bastian, Enfermeira-Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, pelo incentivo recebido.

À Profa. Ana Maria dos Santos Amantino, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da SUDESUL/MINTER, a quem devo a oportunidade de realizar o Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública. Sua confiança estimulou a realização deste trabalho.

Ao Dr. Waldemar Gonçalves da Silva, Superintendente Adjunto de Operações da SUDESUL/MINTER, pela colaboração recebida.

À Profa. Maria Alice Maciel Alves, Diretora da Divisão de Coordenação e Acompanhamento do DRH da SUDESUL/MINTER, pela revisão da redação.

À Sra. Mariza Martau, Bibliotecária-Chefe da SUDESUL/MINTER, pela revisão das referências bibliográficas.

Aos colegas do Departamento de Recursos Humanos da SUDESUL/MINTER, pelo apoio e estímulo prestados.

Aos técnicos do Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná, pela colaboração prestada na obtenção de dados.

A todos que, direta ou indiretamente, possibilitaram a realização deste trabalho, especialmente às docentes de enfermagem, enfermeiras e outros profissionais.

ÍNDICE

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 - Considerações Gerais	1
1.2 - Justificativa	8
2. PROPÓSITO E OBJETIVOS	12
2.1 - Propósito	12
2.2 - Objetivos	12
3. MATERIAL E MÉTODO	14
3.1 - Material	14
3.2 - Método	15
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
4.1 - Situação da Capacidade de Formação na ETECLA ..	18
4.2 - Situação e Necessidade de Pessoal de Enfermagem no Estado do Paraná	73
4.3 - Projeção de Necessidades de Recursos Humanos de Enfermagem no Estado do Paraná, em 1980	80

4.4 - Situação da Capacidade do Aparelho Formador do Ensino de Enfermagem a Nível de 2º Grau no Estado do Paraná	85
4.5 - Critérios para Seleção de Municípios, no Estado do Paraná, onde poderiam ser implantados os Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem.	87
4.6 - Indicação de Municípios para a Implantação de Cursos Técnicos e de Auxiliares de Enfermagem no Estado do Paraná, a Curto e Médio Prazos ..	104
5. CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS:	
ANEXO 1 - Algumas Exigências para o Funcionamento de Curso de Enfermagem a Qualquer Nível	A-1
ANEXO 2 - Mapa do Estado do Paraná: Indicação de Municípios para a Implantação de Cursos Técnicos e de Auxiliares de Enfermagem, a Curto e Médio Prazos	A-11
ANEXO 3 - Modelos de Certificados e/ou Diplomas	A-13
ANEXO 4 - Ofícios	A-18

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
1 - Mapa do Estado do Paraná	A-12
2 - Modelos de Certificados e/ou Diplomas	A-14

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1 - Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	25
TABELA 2 - Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.	26
TABELA 3 - Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	27
TABELA 4 - Número de Matrículas Iniciais e de Aprovações, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, no Sistema Regular, Reaproveitamentos e Evasões na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	31
TABELA 5 - Número de Matrículas Iniciais e de Aprovações, segundo os Períodos ou Semestres	

	do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Supletivo, Reprovações e Evasões na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.	32
TABELA 6	- Número de Matrículas, de Aprovações, Reprovações e de Evasões do Curso de Auxiliar de Enfermagem na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	33
TABELA 7	- Número de Matrículas Iniciais, de Aprovações e Índice de Aprovação, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	36
TABELA 8	- Número de Matrículas Iniciais, de Aprovações e Índice de Aprovação, segundo os períodos do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.	37
TABELA 9	- Número Total de Matrículas Iniciais, Aprovações e Índice de Aprovação, no Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	38
TABELA 10	- Número de Matrículas Iniciais, de Evasões e Índice de Evasão, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	41

TABELA 11	-	Número de Matrículas Iniciais, de Evasões e Índice de Evasão, segundo os Períodos do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.	42
TABELA 12	-	Número Total de Matrículas Iniciais, Evasões e Índice de Evasão no Curso de Auxiliar de Enfermagem da ETECLA, no período de 1956 a 1977.	43
TABELA 13	-	Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	45
TABELA 14	-	Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma, do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Supletivo, na ETECLA, no período de 1973 a 1977.	46
TABELA 15	-	Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	47
TABELA 16	-	Nível de Escolaridade dos Alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	49
TABELA 17	-	Procedência dos Alunos do Curso Técnico	

de Enfermagem no Sistema Regular, na ETE- CLA, segundo os Estados, no período de 1966 a 1977.	53
--	----

TABELA 18 - Procedência dos Alunos do Curso Técnico de Enfermagem no Sistema Supletivo, na ETE- CLA, segundo os Estados, nos anos de 1973 a 1977.	54
---	----

TABELA 19 - Procedência dos Alunos do Curso de Auxi- liar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1966 a 1977	55
---	----

TABELA 20 - Número de Docentes Enfermeiras, Total de Alunos e Proporção Professor/Aluno nos Cur- sos de Técnico e de Auxiliar de Enferma- gem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977	56
--	----

TABELA 21 - Número e Distribuição de Docentes Enfermei- ras para os Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, segundo o Regi- me de Trabalho Semanal e Preparação-1977.	58
--	----

TABELA 22 - Matrículas, Alunos Concluintes, Repeten- tes, Evadidos, Total e Média do Custo/Alu- no/Ano, a Preços Correntes e Constantes, do Curso Técnico de Enfermagem, no Siste- ma Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.	65
--	----

TABELA 23 - Matrículas, Alunos Concluintes, Repeten- tes, Evadidos, Total e Média do Custo / Alu-	
--	--

no/Ano, a Preços Correntes e Constantes, do Curso Técnico de Enfermagem, no Siste- ma Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1974 a 1977.	66
--	----

TABELA 24 - Número Total de Matrículas, Alunos Con- cluintes, Repetentes, Evadidos, Total e Média do Custo/Aluno/Ano, a Preços Cor- rentes e Constantes, do Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.	67
--	----

TABELA 25 - Distribuição dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem formados pela ETECLA, em ativi- dade ou não, segundo o setor de trabalho - 1977.	68
---	----

TABELA 26 - Fixação do Técnico e Auxiliar de Enferma- gem no Mercado de Trabalho, segundo os Es- tados - 1977.	70
---	----

TABELA 27 - Prosseguimento de Estudos a Nível Superior do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem, formados na ETECLA, 1977.	72
---	----

TABELA 28 - Recursos Humanos de Enfermagem destinados à Assistência Hospitalar, no Estado do Pa- raná - 1974.	75
--	----

TABELA 29 - Disponibilidade e Necessidade de Recursos Humanos de Enfermagem na Assistência Hos- pitalar, no Estado do Paraná - 1974.	76
---	----

TABELA 30	- Recursos Humanos de Enfermagem Destinados aos Serviços de Saúde Pública e Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná - 1974.	77
TABELA 31	- Disponibilidade e Necessidade de Recursos Humanos de Enfermagem para a Assistência em Serviços de Saúde Pública e Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná - 1974.	78
TABELA 32	- Projeção de Necessidades de Recursos Humanos de Enfermagem, para Assistência Hospitalar, no Estado do Paraná, em 1980. ..	81
TABELA 33	- Projeção de Necessidades de Recursos Humanos de Enfermagem, para Assistência em Serviços de Saúde Pública e em Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná, em 1980.	84
TABELA 34	- Produção dos Cursos de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, nos Sistemas Regular e Supletivo, no Estado do Paraná - 1977.	86
TABELA 35	- Relação de Municípios do Estado do Paraná com mais de 30.000 habitantes, segundo os Distritos Sanitários - 1975.	90
TABELA 36	- Relação de Municípios do Estado do Paraná que apresentam um ou mais hospitais com mais de 100 leitos - 1975.	94

TABELA 37 -	Relação de Municípios do Estado do Paraná, que apresentam população superior a 30.000 habitantes, hospitais que, em sua totalidade, possuam mais de 100 leitos, <u>u</u> ma ou mais Unidades Sanitárias e recursos humanos de enfermagem - 1975.	99
-------------	---	----

TABELA 38 -	Relação de Municípios do Estado do Paraná, que apresentam população superior a a 30.000 habitantes, hospitais que em sua totalidade, possuam mais de 100 leitos, uma ou mais Unidades Sanitárias, uma ou mais enfermeiras, técnicos de enfermagem e uma ou mais escolas de ensino de 2º grau - 1975	101
-------------	---	-----

R E S U M O

A autora descreve a situação da capacidade da ETECLA quanto à formação de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem desde a criação dos seus cursos até o ano de 1977. A seguir, faz um levantamento dos recursos humanos de enfermagem disponíveis nas áreas hospitalares, para-hospitalares e de saúde pública no Estado do Paraná, no ano de 1974, bem como efetua uma projeção desses recursos para 1980, baseada nos padrões propostos pela OPS/OMS. Faz também um estudo da situação dos municípios desse Estado, a partir de critérios adotados, visando analisar os que apresentam condições essenciais para a implantação, a curto e médio prazos, dos Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem.

S U M M A R Y

The authoress describes the situation of ETECLA'S capacity as to the formation of technical and auxiliary health personnel since the creation of its courses until the year of 1977. Thereupon a data survey is made of the available nursing resources in the hospital, parahospital and public health areas in the State of Parana, in the year of 1974. Projections are made for 1980, based on the OPS/OMS standards. A study of the situation of the towns in this State is also carried out, based on adopted criteria aimed at the analysis of the ones which present essential conditions for the implantation of technical and auxiliary nursing courses on short and average terms.

SIGLAS USADAS

- ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem
- C.E.E - Conselho Estadual de Educação
- C.F.E. - Conselho Federal de Educação
- COREN/PR - Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Paraná
- DRHUS - Departamento de Recursos Humanos para a Saúde
- ETECLA - Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré"
- FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- NIERHS - Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde
- OPS/OMS - Organização Panamericana da Saúde da Organização Mundial da Saúde
- SESB/PR - Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná.

1. INTRODUÇÃO

1.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O grau de desenvolvimento sócio-econômico de um país está estreitamente relacionado ao seu contingente de pessoal para as suas atividades, à maneira com que esse pessoal é utilizado em benefício da população e, especialmente, ao nível e à qualidade de sua preparação e treinamento. Na verdade, sua má ou precária utilização, certamente, há de influir negativamente no estabelecimento e expansão de serviços adequados, daí devendo resultar um agravamento de problemas, com sérias repercussões no desenvolvimento do país⁴.

No Setor Saúde, não há dúvida que melhorias na saúde do povo são obtidas com a execução de melhores programas de saúde. E para a elaboração desses programas, bem como para a sua execução, há necessidade de pessoal de vários níveis adequadamente preparados.

De acordo com BRAGA⁴, todo país se defronta com problemas de recursos humanos para as atividades de saúde. O avanço das ciências e da tecnologia, ao lado de fatores sociológicos, está ocasionando, nos países mais desenvolvidos, uma defasagem crescente entre a demanda desses recursos e a capaci-

dade de produção pelas organizações que os formam.

No Brasil, há necessidade de um equacionamento racional dos problemas relativos a recursos humanos, tendo-se, por isso, que planejar a melhor utilização daqueles disponíveis. Na área da saúde, essa necessidade se apresenta como um problema de utilização de pessoal capacitado para prestar serviços adequados à população, cujas necessidades básicas se tornam cada vez maiores e mais complexas.

Ressalta, ainda, a desarticulação existente entre o aparelho formador e utilizador dos recursos humanos do Setor Saúde²⁴.

Ainda segundo BRAGA⁴, devem constar como parte essencial dos programas de saúde, relacionando-se com seu planejamento e implementação, a educação e o treinamento do pessoal de saúde.

ALCÂNTARA¹ enfatiza que a prestação de assistência médico-sanitária, no país, é motivo de preocupação alarmante, face à crescente demanda atual e futura da população brasileira e tendo em vista o panorama precário de recursos humanos disponíveis para a saúde.

No Estado do Paraná, a situação dos recursos humanos para a saúde assemelha-se à observada no país, já que seus problemas se prendem à produção e utilização adequadas desses recursos, a partir da demanda e necessidades da população²⁶.

Os recursos humanos são necessários em quantidade, qualidade, diversificação e proporcionalidade. Representam parcela apreciável, variando de 60 a 80% dos custos unitários de produção dos serviços de saúde⁴⁷.

O desenvolvimento do sistema de saúde está na dependência direta da capacitação dos recursos humanos empregados nas instituições mais significativas do setor. Assim sendo, de todos os elementos presentes numa instituição, o recurso humano é, como não poderia deixar de ser, o mais importante e o mais representativo.

Segundo ALCÂNTARA¹, foi a partir da década de 40 que se começou a verificar que o número de enfermeiras necessário aos serviços de saúde era insuficiente. Assim, foi dado início à preparação de pessoal auxiliar de enfermagem, para satisfazer às exigências crescentes, em termos de quantidade e de qualidade de pessoal.

A enfermagem, premida por uma série de fatores, tais como: luta por "status", necessidades regionais, nacionais e internacionais, progresso científico, recursos humanos de enfermagem e sua integração aos serviços médicos-sociais-assistenciais, tem procurado dar uma solução para enfrentar esta problemática¹.

Os problemas de saúde existentes em nosso país atualmente, aliados à expansão dos serviços sanitários, decorrentes da valorização da saúde por parte da população e, ainda, ao crescimento demográfico (cuja taxa anual está na razão de, aproximadamente 2,9% no período de 60-70)^{1,19}, influem sobre a qualidade e a quantidade dos recursos humanos de enfermagem.

No Estado do Paraná, como nos demais estados da Região Sul, a problemática da saúde está a exigir medidas urgentes para o aumento dos recursos humanos habilitados. Face ao número insuficiente de enfermeiras, ALCÂNTARA¹ frisa a importância da utilização de pessoal auxiliar de enfermagem para atender as exigências de saúde, cada vez maiores à medida que

o grau de especialização da medicina se eleva e os serviços sanitários se expandem.

A necessidade de aumentar o ritmo de formação de pessoal de nível médio de enfermagem tem sido uma constante em todos os documentos técnicos e oficiais. A exemplo disso, destaca-se a IV Conferência Nacional de Saúde⁴, realizada em 1967, no Rio de Janeiro.

Atualmente, estamos vivendo uma política de educação que incorpora a preparação do pessoal de níveis técnico e auxiliar dentro do sistema de ensino.

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional³², que permitia a instalação de cursos técnicos, veio possibilitar a formação do técnico de enfermagem e procurou sanar a grande lacuna existente entre a enfermeira e o auxiliar de enfermagem. Infelizmente, mesmo em face da abertura dada pela Lei, pouquíssimos cursos foram instalados no País.

O inexpressivo número de técnicos de enfermagem, pessoal de nível intermediário, faz com que muitos dos auxiliares de enfermagem se encontrem no exercício de funções para as quais não foram devidamente preparados¹.

Com a Reforma de Ensino, a nova Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971³³, e Pareceres 699 de 06 de julho de 1972, 2.713 de 03 de setembro de 1974 e 3.814 de 12 de novembro de 1976^{38, 16, 30}, do CFE e, ainda, Resoluções nºs 07 e 08¹⁸, de 18 de abril de 1977 do mesmo Conselho, os Cursos Técnicos tomaram nova orientação, principalmente no tocante às habilitações de 2º grau, o que se considera de grande valia para a composição da equipe de enfermagem, pa-

ra a equipe de saúde, e conseqüentemente, para os serviços da comunidade.

A possibilidade atual de formação de pessoal de enfermagem se dá nos seguintes níveis ^{33,38,35,15,42,34,45,5}:

- Enfermeira: com formação de nível superior, ou seja, 3º grau;
- Técnico de Enfermagem: com formação a nível de 2º grau, por sistemas regular ou supletivo, como habilitação ou como qualificação;
- Auxiliar de Enfermagem:
 - com formação a nível de 2º grau, por sistemas regular ou supletivo, como habilitação ou como qualificação;
 - com formação a nível de 1º grau, "a título transitório e emergencial" podendo ser feita:

"a) ao nível das 5ª e 6ª séries do 1º grau, em curso regular de dois anos letivos, de acordo com a Portaria MEC nº 106/65;

b) ao nível das 7ª e 8ª séries do 1º grau, em curso regular, também de dois letivos, conforme a mesma Portaria nº 106/65;

c) em cursos intensivos de onze meses, após conclusão do 1º grau, conforme foi possibilitado pelo Parecer do Conselho Federal de Educação

75/70;

Além desses tipos de cursos de formação, há ainda a possibilidade do candidato se submeter a exame de suplência profissionalizante, podendo, se aprovado, receber o título de Auxiliar de Enfermagem."⁴²,^a

Terá certificado de validade apenas regional.

O campo de ação do pessoal de enfermagem não se diferencia fundamentalmente na extensão e sim na profundidade, isto é, todos os membros da equipe de enfermagem atuam no mesmo campo, distinguindo-se nas responsabilidades. Cabem as funções de maior complexidade à enfermeira, às intermediárias, ao técnico de enfermagem, e as mais simples, ao auxiliar de enfermagem¹⁴.

O atendente, que também se inclui entre o pessoal de enfermagem, geralmente é alguém com instrução apenas primária, ou seja, 4^a série do 1º grau, e, na grande maioria, inferior a essa, e que adquire, na prática, alguns conhecimentos e habilidades no campo da enfermagem¹⁴. Entretanto, atualmente, já se cogita da possibilidade de prepará-los como auxiliares de enfermagem, desde que possuam o grau de escolaridade exigido, isto é, 4^a série do 1º grau.

a) OGUISSO, Taka. Considerações sobre a legislação do ensino e do exercício do técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 30 (2):170, 1977.

Em termos de planejamento, é preciso que sejam considerados os três níveis¹⁴, ou seja, o nível profissional, representado pela enfermeira, e os níveis ocupacionais, representados pelos técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. Desta forma, a formação não ficará ao sabor do impulso das decisões pessoais ou de determinadas comunidades.

Considerando que existe, ainda, um grande contingente de atendentes, treinados ou não, para as tarefas elementares de saúde, não se pode deixar de considerá-los, uma vez que, durante muito tempo, os serviços de saúde não poderão prescindir da colaboração desses elementos, face à escassez acentuada de recursos humanos de enfermagem habilitados.

Para o presente estudo, foi considerado apenas o nível ocupacional, isto é, a formação do técnico de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, no Estado do Paraná. Nesse Estado, a Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré" foi a mais indicada para este trabalho, por oferecer o ensino de enfermagem nos dois níveis ocupacionais; por apresentar condições técnico-administrativas, bem como por ser pioneira na realização do Curso Técnico de Enfermagem, com experiência acumulada no assunto. A soma de todos esses aspectos nos permitiu proceder a uma adequada avaliação a nível de escola, como ponto de partida para os estudos necessários ao estabelecimento de diretrizes na implantação dos cursos Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Foi efetuada, ainda, uma análise da situação dos municípios no Paraná, com vistas a indicar aqueles que oferecem melhores condições de implantação de cursos, a curto e médio prazos.

1.2 - JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual de Educação da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, mediante a Indicação nº 25, de 08 de março de 1974¹⁴, sugere orientação a ser adotada na formação de técnicos de enfermagem, para evitar que o ensino dessa modalidade de curso seja implantado de maneira desordenada, criando situações difíceis de serem corrigidas no futuro.

Esse Conselho estabeleceu as Diretrizes Gerais para o Planejamento da formação de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, tendo sido, para tal, assessorado por um grupo de enfermeiras, representantes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Escolas de Auxiliar de Enfermagem do Estado, da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, da Organização Panamericana da Saúde da Organização Mundial da Saúde, e da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação da Secretaria da Educação e Cultura vem promovendo estudos, sob a orientação de sua assessora na área da Enfermagem, Irmã Maria Turkiewicz, cujos resultados subsidiaram a realização do presente trabalho.

No documento elaborado pelo Departamento de Recursos Humanos para a Saúde do Instituto Presidente Castello Branco, do Ministério da Saúde, intitulado "Breve Análise de Mão-de-Obra do Setor Saúde Organizado"²⁵, constata-se que, em 1970, para 100 profissionais de saúde, existiam:

- 7.5 técnicos
- 31.4 auxiliares de nível médio

- 197.9 nível elementar

Para um enfermeiro, existiam, em 1970^{25,41}:

- 3.3 auxiliares de enfermagem
- 0.7 práticos
- 8.6 atendentes
- 11.5 outros auxiliares

O estudo para a implantação de Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, no Estado do Paraná, está fundamentado, também, no Plano Decenal de Saúde para as Américas, que faz, dentre outras, as seguintes recomendações sobre Enfermagem:

• "Proporcionar a la población una atención de enfermería libre de riesgos para el paciente en el 60% de los hospitales de 100 camas o más, y en el 60% de los servicios de salud de la comunidad."

ESTO IMPLICA:

• Reducir en un 50% las infecciones adquiridas por los pacientes dentro del hospital.

• Reducir en un 50% los accidentes ocurridos en los pacientes hospitalizados y las deformidades resultantes de una deficiente atención de enfermería.

• Lograr una fuerza laboral activa para America Latina y el Caribe en 1980 que represente una proporción de 19 miembros del personal de enfermería por 10,000 habitantes. De ese grupo, 4.5 por 10,000 deberán ser enfermeras."^{43,b}

b) OPS/OMS. Plan decenal de salud para las Americas; informe final de la III Reunión Especial de Ministros de salud de las Américas. Washington, 1973. (Documento Oficial, 118) p.68-9.

Desse panorama, se depreende que se torna necessário

"intensificar a capacitação de pessoal de enfermagem, a fim de preparar, no decênio, 124.917 enfermeiros (dos quais 1/3 poderá ser preparado a nível superior e 2/3 a nível médio) e a 360.000 auxiliares de enfermagem"⁴²,^c.

Na busca de solução dos problemas de saúde dos países em desenvolvimento, se tem demonstrado que o pessoal de enfermagem é essencial para a prestação do cuidado da saúde. O deficit de pessoal de enfermagem é ainda grande e persistente e se as metas dos planos de saúde dos países forem passíveis de serem atingidas, deverá haver uma definição quanto ao nível de assistência de enfermagem que cada um requer dentro de seu sistema de saúde, o tipo e o número de pessoal, os programas educacionais necessários, e tomar as medidas correspondentes para levar isto à realidade⁴³.

O País necessita de todas as categorias de pessoal de enfermagem; porém, a formação deste pessoal deverá ser feita de forma ordenada e dirigida, possibilitando o atendimento não só quantitativo, como também qualitativo da assistência de enfermagem prestada à população^{1, 14, 43}.

Tendo em vista que no Estado do Paraná inexistente um estudo:

- sistemático retrospectivo da capacidade de formação do pessoal técnico e auxiliar de enfermagem a nível da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré"^d.

c) OGUISSO, op.cit, p.172.

d) Quando, daqui em diante, se fizer referência à ETECLA, trata-se da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré".

- sobre a situação dos municípios relativa às condições mínimas para a implantação de cursos a nível de técnico e de auxiliar de enfermagem no Estado do Paraná;

Acredita-se que um estudo descritivo a respeito das condições mínimas para a implantação de cursos técnico e de auxiliar de enfermagem nos municípios do Estado do Paraná, contribuirá com alguns subsídios à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, para o exame das possibilidades de criação e funcionamento dos referidos cursos.

2. PROPÓSITO E OBJETIVOS

2.1 - PROPÓSITO

Fornecer subsídios para o estabelecimento de diretrizes gerais, com vistas à expansão e à melhoria da rede de ensino de enfermagem, a nível técnico e auxiliar, nos municípios do Estado do Paraná que apresentem os requisitos para a sua implantação, a curto e médio prazos.

2.2 - OBJETIVOS

2.2.1 - Identificar a situação da capacidade de formação da ETECLA, numa série histórica, desde o início da criação dos cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem.

2.2.2 - Projetar para 1980 o número de enfermeiras, de técnicos e de auxiliares de enfermagem no Estado do Paraná, de acordo com os padrões propostos pela OPS/OMS, com base

nos recursos humanos existentes em 1974.

- 2.2.3 - Indicar os municípios que apresentam condições para a implantação de cursos de níveis técnico e de auxiliar de enfermagem, a curto e médio prazos, no Estado do Paraná, de acordo com os critérios estabelecidos.

3. MATERIAL E MÉTODO

3.1 - MATERIAL

Trata-se de um estudo descritivo que pretende dimensionar a expansão da rede de ensino de enfermagem a nível de 2º grau, de acordo com a Lei nº 5.692/71³³ e Resoluções nºs 07/77 e 08/77-CFE¹⁸, tendo em vista o atendimento às necessidades dos serviços de saúde nas áreas hospitalar, para-hospitalar e de saúde pública, no Estado do Paraná.

O material utilizado neste trabalho compreendeu informações obtidas a nível da ETECLA, localizada em Curitiba, PR, e a nível do Estado do Paraná, com a utilização de dados secundários, obtidos nas seguintes fontes:

- Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná - SESB/PR.
- Fundação IBGE.
- Associação Brasileira de Enfermagem - Seção do Estado do Paraná - ABEn/PR.
- Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná - SEEC/PR.

- Conselho Federal de Educação - CFE
- Conselho Estadual de Educação/PR - CEE/PR
- Conselho Regional de Enfermagem/PR - CRE/PR

3.2 - MÉTODO

3.2.1 - A NÍVEL DE ESCOLA

Foi realizado um levantamento e análise da situação da capacidade de formação do técnico de enfermagem e de auxiliar de enfermagem da ETECLA, desde a sua criação até 1977.

Esse estudo retrospectivo inclui a análise de uma série histórica, contendo:

- histórico da criação, duração dos cursos, grau de escolaridade requerido e modalidades existentes
- número de vagas, de matrículas e percentual de vagas ocupadas
- número de matrículas, aprovações, reprovações e evasões
- índice de aprovação
- índice de evasão
- média de matrículas por turma
- nível de escolaridade
- procedência dos alunos

- corpo docente
- produção dos serviços educacionais da ETECLA

É efetuado, ainda, um levantamento e análise, em 1977, relativo:

- ao índice de fixação no mercado de trabalho
- ao prosseguimento de estudos a nível superior

3.2.2 - A NÍVEL DE ESTADO

Foi efetuado um levantamento, a partir de dados secundários de 1975, da situação dos municípios do Estado do Paraná, quantificando:

- população
- hospitais e leitos
- unidades sanitárias
- recursos humanos de enfermagem
- escolas de nível médio

A seguir, foi realizada a quantificação do pessoal de enfermagem disponível, proporcionalmente ao número de leitos hospitalares e à população do Estado do Paraná e sua necessidade segundo os padrões propostos pela OPS/OMS⁴³.

Posteriormente, foi efetuada uma projeção para 1980, de necessidades de pessoal de enfermagem em relação ao número de leitos e à população do Estado do Paraná. Por outro lado, o mesmo tratou de indicar as necessidades de pessoal de enfermagem para as áreas hospitalar, para-hospitalar e de saúde pú-

blica.

A seguir, foram adotados critérios para a implantação de cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem.

Finalmente, foram indicados aqueles municípios que apresentam condições mínimas para a implantação de cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, a curto e médio prazos.

3.2.3 - ÂMBITO DO ESTUDO

A nível de escola, o estudo da situação da capacidade de formação da ETECLA abrangeu os cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem em funcionamento, a partir dos anos em que os mesmos foram criados.

A nível de Estado, foram obtidas informações sobre o número de municípios, sua população, dados do Setor Saúde e outras, extraídas das seguintes fontes:

- Fundação IBGE
- Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná - SESB/PR
- Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn/PR
- Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná - SEEC/PR
- Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - CRE/PR
- Conselho Estadual de Educação do Paraná - CEE/PR

Esse estudo sobre os municípios abrangeu a sua totalidade em função dos critérios adotados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 - SITUAÇÃO DA CAPACIDADE DE FORMAÇÃO NA ETECLA

4.1.1 - Histórico da criação, duração dos cursos, grau de escolaridade requerido e modalidades existentes

a) Curso Técnico de Enfermagem

A formação do técnico de enfermagem é resultante de idéias inovadoras da Associação Brasileira de Enfermagem, já de longa data, pois no IVº Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado na Bahia, em 1950, falou-se do ensino da enfermagem também a esse nível⁵¹.

A partir dessa data, quase todos os congressos abordaram esse assunto, intensificando-se em 1956 e, mais ainda, com a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961^{32,51}.

O XVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado na Guanabara, em 1965, recomendava às seções da ABEn oferecerem subsídios aos Conselhos Estaduais de Educação para a cria-

ção de cursos Técnicos de Enfermagem nos respectivos Estados⁵¹.

Em Curitiba, a Mantenedora da Escola de Auxiliares de Enfermagem, Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paula, a 08 de setembro de 1965, criava a Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré". Foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação pedido de organização do Curso Técnico de Enfermagem da ETECLA - processo nº 01, de 1º de fevereiro de 1966, do Conselho em referência.

Segundo FURTADO²⁰, relator do CEE/PR, no seu Parecer nº 41 de 04 de março de 1966 dizia:

"inexistindo técnicos de nível intermediário, muitos dos enfermeiros de nível superior estão exercendo funções aquém de suas habilitações, e muitos auxiliares de enfermagem se encontram no exercício de funções técnicas para as quais não foram suficientemente preparados".

Ainda, dizia o Relator:

"o Conselho não só apóia a iniciativa, mas propõe-se a colaborar para que eles sejam definitivamente implantados no sistema de ensino do País e para que seja regulamentado o exercício profissional".^e

A formação do Técnico de Enfermagem no Estado do Paraná, com base no artigo nº 104, da Lei nº 4.024³², de 20 de dezembro de 1961, foi iniciada através da Resolução nº 05¹³, de 04 de março de 1966 do Conselho Estadual de Educação, que organizou o Curso Técnico de Enfermagem na ETECLA, em Curitiba,

e) FURTADO, Jucundino da Silva. Organização e autorização para funcionamento de curso experimental de técnico de enfermagem; Parecer 41/66. Critéria, Curitiba, (3):76, Jan./jun. 1976.

com a duração de três anos, de formação especial e de educação geral de segundo ciclo. A referida Resolução foi homologada pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, mediante a Portaria nº 1.301⁴⁴, de 21 de março de 1966.

Com a implantação da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971³³ e Resolução nº 02 de 27 de janeiro de 1972³⁶, do Conselho Federal de Educação - C.F.E., os estabelecimentos de ensino do País que ministravam cursos de Técnico de Enfermagem, reorganizaram seu currículo, adequando-o ao Parecer nº 45/72³⁵ do mesmo Conselho. No Paraná, foi reorganizado pelo Parecer nº 18⁷, de 15 de março de 1973 do CEE/PR, em atendimento à nova legislação federal de ensino.

A partir de 1973, foi implantado o curso supletivo de Técnico de Enfermagem na função de qualificação, baseado no Parecer 699/72, Quadro 1, item 12 do CFE³⁸, exigindo-se o 2º grau completo, tendo aprovação definitiva a 08 de maio de 1974, pelo Parecer nº 36 e Deliberação nº 30 de 08 de maio de 1974⁸, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná.

O Parecer nº 3.814, de 12 de novembro de 1976³⁰ do CFE aprovou novo currículo de habilitação profissional de Técnico de Enfermagem e, a 18 de abril de 1977, pela Resolução nº 07¹⁸, instituiu novo currículo de Técnico de Enfermagem, definindo as cargas horárias destinadas à parte de formação especial e de estágio supervisionado, face ao perfil do futuro elemento ocupacional.

A partir de 1975, a ETECLA amadureceu para uma outra experiência, ou seja, ensino modular ou escalonado, segundo o Parecer nº 76⁹, de 11 de abril de 1975, do CEE/PR, com terminabilidade:

- na 1^a série - instrumentador cirúrgico
- na 2^a série - auxiliar de enfermagem
- na 3^a série - técnico de enfermagem

A mesma modalidade foi implantada em 1976 no ensino supletivo do mesmo estabelecimento, tendo para isso merecido a provação do CEE/PR pelo Parecer nº 191¹⁰, de 21 de novembro de 1975, na formação de técnico de enfermagem - função qualificação, para portadores de conclusão de estudos de 2º grau, com duração de 3 semestres ou períodos:

- 1º período - instrumentador cirúrgico
- 2º período - auxiliar de enfermagem
- 3º período - técnico de enfermagem

Em 1978, a ETECLA adequou seus currículos à Resolução nº 07/77¹⁸ do CFE, imprimindo-lhe novo enfoque. Teve aprovação, através dos seguintes instrumentos legais:

- via regular: Parecer nº 120¹², de 03 de março de 1978, do Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- via supletiva: Parecer nº 70¹¹ de 15 de fevereiro de 1978, do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

A formação do Auxiliar de Enfermagem teve início com a Lei nº 775^{27,42}, de 06 de agosto de 1949, a qual dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. A dura-

ção, inicialmente em 18 meses, incluía apenas as disciplinas de enfermagem, tendo como exigência de escolaridade o curso primário completo.

A Portaria nº 106^{52, 29, 42}, de 28 de abril de 1965, modificou o regime anterior. O Curso passou a ter duração de dois anos letivos de 180 dias cada um, abrangendo disciplinas de cultura geral, correspondentes às duas primeiras séries do curso ginásial e disciplinas específicas de enfermagem, sendo requisito para ingresso ao curso, o exame de admissão.

A expansão dos cursos intensivos teve início com o Parecer nº 75^{52, 42}, aprovado em 30 de janeiro de 1970, pela Câmara de Ensino Primário e Médio, do Conselho Federal de Educação. Com base neste Parecer, foi elaborado um "Guia para Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem"³⁹, em um Seminário de dois meses, promovido pelo Instituto Presidente Castello Branco, do Ministério da Saúde, que contou com a participação de 14 enfermeiras e/ou enfermeiras-professoras, procedentes das cinco regiões do País.

O "Guia" mencionado foi elaborado com a finalidade de servir como modelo geral para curso intensivo de auxiliar de enfermagem, recomendando-se sua prévia adequação às condições regionais do mercado de trabalho e em particular à situação da unidade de ensino interessada na sua implantação³⁹.

O Curso de Auxiliar de Enfermagem, em 1966, passou para o Sistema Estadual de Ensino e ajustou-se à Portaria nº 106, de 28 de abril de 1965^{52, 29}, do Ministério da Educação e Cultura. Exigia a 1ª e 2ª séries ginásial, feitas paralelamente.

No que se refere à situação do ensino de Auxiliar

de Enfermagem na ETECLA, observa-se que, de 1956 a 1968, este Curso era de dois anos, sendo exigido o curso primário completo. A partir de 1966, os alunos ingressavam na ETECLA com a segunda série ginásial completa ou a faziam concomitantemente em outro ginásio de Curitiba. Em 1968, a execução do Curso passou a ter um calendário especial de 15 meses de duração. Em 1970, passou para 11 meses, mais 420 horas de estágio de integração na empresa, com supervisão de enfermeira, exigindo-se dos alunos o curso ginásial completo, decorrente do Parecer nº 93/68⁶ do CEE/PR. Em 1973, o Curso foi reorganizado segundo a Lei 5.692/71³³ e Parecer nº 699/72³⁸ do CFE, embora essa terminalidade não constasse no Catálogo das Habilitações constantes do Anexo C do Parecer nº 45 de 12 de janeiro de 1972 do CFE³⁵. Foi programado para 1.140 horas, sendo 40% de teoria e 60% de prática, mais 210 horas de estágio de integração na empresa. Teve aprovação definitiva do CEE/PR, pelo Parecer nº 36/74 e Deliberação nº 30/74⁸ do mesmo Conselho.

Com a Lei 5.692/71³³, a partir do Parecer nº 45/72³⁵ do CFE, o Curso de Auxiliar de Enfermagem deixou de existir legalmente, por não estar contido na relação das habilitações propostas. Essa situação perdurou até 12 de novembro de 1976.

Com o aparecimento do Parecer 3.814³⁰, de 12 de novembro de 1976, do CFE, ficou incluída essa habilitação na relação constante do Anexo C do Parecer nº 45/72³⁵, tendo novamente validade nacional.

Para que os egressos de cursos de Auxiliar de Enfermagem, realizados no período de 1973 a 1976, fossem dotados de certificados com validade nacional, havia necessidade de validação de estudos, atendendo o Parecer nº 3.814/76³⁰ do CFE, obedecido ao disposto na Portaria nº 900²⁸, de 03 de novembro

de 1976, do MEC.

Na ETECLA, essa situação de validação de estudos foi decidida mediante o Parecer nº 15/77 - COLENE/DSU/MEC³¹.

A validação de estudos deve atender ao que estabelecem os artigos nº 3º, 6º e 9º da Resolução nº 07/77¹⁸ do CFE, ou seja:

"Art. 3º - Os estudos correspondentes à habilitação de Auxiliar de Enfermagem terão a duração mínima de 2.200 horas, assim distribuídas:

- a) 1.090 horas para a parte de Educação Geral;
- b) 1.110 horas para a de formação especial, das quais 400, no mínimo, destinar-se-ão ao Estágio Supervisionado.

Art. 6º - As matérias da parte de formação especial, para a habilitação parcial em Auxiliar de Enfermagem, serão retiradas do rol constante do artigo 5º (A e B), atendidos os interesses profissionais dos alunos e as exigências do mercado de trabalho.

Art. 9º - Os estudos pertinentes à habilitação de Auxiliar de Enfermagem visam a formar profissionais capazes de:

1. participar da equipe de saúde;
2. observar, reconhecer e descrever sintomas e prestar cuidados de higiene, conforto e tratamento simples, sob a supervisão do enfermeiro ou do técnico;
3. prosseguir no seu desenvolvimento integral como pessoa humana"^{18,f}

f) EQUIVALÊNCIA de diversos cursos ao de auxiliar de enfermagem; Conselho Federal de Educação, resolução nº 07/77. Ensino Supletivo, Brasília, 4(11):30-1, 1977.

A data da expedição dos certificados de Auxiliar de Enfermagem, a nível de 2º grau, via supletiva, deverá ser posterior a 12/11/76, data em que foi criado o seu currículo mínimo, para fins de validade nacional.

Por força do Parecer nº 1.446 , de 30 de maio de 1977, do CFE, item 4, todas as escolas, a partir de 1978, deverão adequar seus currículos de Cursos Técnico e de Auxiliar de Enfermagem à Resolução nº 07/77¹⁸ do CFE, para que tenham validade nacional.

4.1.2 - NÚMERO DE VAGAS, DE MATRÍCULAS E PERCENTUAL DE VAGAS OCUPADAS

a) Curso Técnico de Enfermagem

TABELA 1

Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.

P E R Í O D O	CURSO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
	Nº de Vagas (1)	Nº de Matrículas Iniciais (2)	% de Vagas Ocupadas
1966 - 1970	245	206	84,1
1971 - 1975	535	472	88,0
1976 - 1977	280	301	107,5
T O T A L	1.060	979	92,3

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Total de vagas nas três séries. (2) Total de matrículas nas três séries, mais transferências recebidas durante o ano.

Observa-se, na TABELA 1, um aumento do percentual de vagas ocupadas no período de 1966 a 1975, ou seja, de 84,1% para 88,0%. Já no período de 1976 a 1977, o número de matrículas foi superior ao número de vagas previsto, dando um total de 107,5% de vagas ocupadas.

Essa tendência crescente do índice de vagas ocupadas oferece uma perspectiva satisfatória e pode ser decorrente da projeção da ETECLA na comunidade e da certeza de uma absorção imediata, do egresso, pelo mercado de trabalho existente.

A partir de 1973, a ETECLA deu início ao Curso de Técnico de Enfermagem, na função de qualificação, no sistema supletivo, para portadores de conclusão de estudos de 2º grau ou equivalente.

TABELA 2

Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.

A N O S	CURSO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
	Nº de Vagas (1)	Nº de Matrículas Iniciais (2)	% de Vagas Ocupadas
1973	80	61	76,2
1974	100	114	114,0
1975	100	98	98,0
1976	120	130	108,3
1977	120	108	90,0
T O T A L	520	511	98,2

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Total de vagas nos três períodos ou semestres. (2) Total de matrículas iniciais nos três períodos ou semestres mais transferências recebidas durante o ano.

Verifica-se, na TABELA 2, no ano de 1973, 76,2% de vagas ocupadas. Já nos anos de 1974 e 1976, o número de matrículas foi superior ao número de vagas previsto, ou seja, 114,0% e 108,3%, respectivamente.

Cabe ressaltar que o Curso de Técnico de Enfermagem no sistema supletivo da ETECLA, a partir de 1975, é modular ao longo da formação do Técnico de Enfermagem, ou seja: no 1º período, o aluno obtém a habilitação como Instrumentador Cirúrgico; no 2º período, obtém habilitação como Auxiliar de Enfermagem e, no final do 3º período, obtém habilitação como Técnico de Enfermagem.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 3

Número de Vagas, de Matrículas Iniciais e Percentual de Vagas Ocupadas, no Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.

P E R Í O D O	CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
	Número de Vagas	Nº de Matrículas Iniciais	% de Vagas Ocupadas
1956 - 1960	178	277	155,6
1961 - 1965	107	261	243,9
1966 - 1970	210	306	145,7
1971 - 1975	360	447	124,0
1976 - 1977	100	95	95,0
T O T A L	955	1.386	145,0

Fonte: ETECLA - 1978

Observa-se, na TABELA 3, no período de 1956 a 1965, uma tendência crescente do percentual de vagas ocupadas, ou seja, de 155,6% para 243,9%, como resposta, provavelmente, à maior divulgação e aceitação do Curso. No entanto, no período de 1966 a 1977, houve uma redução significativa do percentual de vagas ocupadas, ou seja, de 145,7% para 95,0%.

A criação dos cursos técnicos de enfermagem em 1966, no sistema regular e, em 1973, no sistema supletivo, poderia ser, em parte, responsável pela redução significativa do percentual de vagas ocupadas no curso de auxiliar de enfermagem.

Segundo o Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde (NIERHS)²⁴, constata-se que, no Brasil, nos períodos compreendidos entre 1964 e 1970 e de 1966 e 1970, para os cursos de auxiliar e de técnico de enfermagem, respectivamente, houve uma evolução numérica das vagas e o aumento de candidatos foi proporcionalmente maior. No entanto, não houve preenchimento de todas as vagas disponíveis.

Comparando a situação encontrada na ETECLA, conforme as TABELAS 1, 2 e 3, com a do estudo referido, pode-se dizer que há certa semelhança quanto ao Curso Técnico de Enfermagem. No entanto, para o Curso de Auxiliar de Enfermagem, pode-se afirmar que a ETECLA apresenta uma situação mais favorável.

4.1.3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS, APROVAÇÕES, RE- PROVAÇÕES E EVASÕES

a) Curso Técnico de Enfermagem

Verifica-se, na TABELA 4, no período de 1966 a 1975, ao se comparar o número total de matrículas iniciais com o número total de aprovações do Curso de Técnico de Enfermagem, no sistema regular, que há uma tendência crescente de evasão, ou seja, de 26 para 49. No entanto, se for comparado o número total de matrículas no período de 1966-70 com o de 1971-75, observa-se que, nesse último período, o aumento foi de mais de 100% com relação ao número de matrículas e a evasão foi inferior a 100%. Verifica-se, portanto, que a evasão se apresenta com uma tendência decrescente, podendo ser atribuída à melhor seleção dos candidatos pela ETECLA.

No período de 1971 a 1977, a evasão se apresenta, ainda, decrescente. Pode-se presumir, pelos dados do período de 1976-77, quando apenas dois anos são considerados, que a tendência da matrícula será ascendente e que a evasão poderá ser ligeiramente descendente, principalmente se for assegurada a continuidade de uma boa seleção inicial dos candidatos, bem como a manutenção eficiente dos Serviços de Orientação Educacional, de Coordenação Pedagógica e de Orientação Religiosa na ETECLA.

A evasão, no presente estudo, está representada pelo número de abandono ao Curso, mais transferências. Observa-se que a maior evasão se dá por abandono do Curso, ou seja, 82.

Quanto a reprovações, são insignificativas no período estudado. (TABELA 4) Em parte, essa situação pode ser atri-

buída ao critério estabelecido pela ETECLA no que diz respeito ao aproveitamento do aluno, ou seja, quando o estudante é julgado inapto para a enfermagem, ele é orientado e encaminhado para outra habilitação, em outro estabelecimento.

Verifica-se, na TABELA 5, que o curso de técnico de enfermagem, no sistema supletivo, iniciado a partir de 1973, apresenta, também, uma tendência crescente da evasão, até o ano de 1975. Já em 1976, há uma redução dessa evasão.

Embora haja evasões do 1º período para o 2º e do 2º para o 3º período ou semestre, é importante considerar que, a partir de 1975, o aluno, ao concluir qualquer um dos períodos referidos, recebe Certificado de Habilitação, correspondente ao módulo estudado. Ele está, portanto, capacitado para o ingresso imediato no mercado de trabalho, seja como instrumentador cirúrgico, seja como auxiliar de enfermagem ou como técnico de enfermagem, esse último se completar o 3º período. Ressalta-se, ainda, a oportunidade que a ETECLA propicia ao aluno de retornar à escola, em qualquer semestre, para o módulo seguinte.

TABELA 4

Número de Matrículas Iniciais e de Aprovações, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, no Sistema Regular, Reprovações e Evasões na ETECLA, no período de

1 9 6 6 a 1 9 7 7

P E R Í O D O	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	M A T R Í C U L A S I N I C I A I S				A P R O V A Ç Õ E S				R E P R O - V A Ç Õ E S	E V A S Õ E S		
	1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série	TOTAL	1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série	TOTAL		Abandono	Transfe- rência	TOTAL
1966 - 1970	112	57	37	206	90	54	36	180	-	19	7	26
1971 - 1975	204	150	118	472	168	136	115	419	4	37	12	49
1976 - 1977	133	97	71	301	113	86	66	265	4	26	6	32
T O T A L	449	304	226	979	371	276	217	864	8	82	25	107

Fonte: ETECLA - 1978

TABELA 5

Número de Matrículas Iniciais e de Aprovações, segundo os Períodos ou Semestres do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Supletivo, Reprovações e Evasões na ETECLA, nos anos de 1973 a 1977.

P E R I O D O	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	MATRÍCULAS INICIAIS				APROVAÇÕES				REPRO- VAÇÕES	EVASÕES		
	1º pe ríodo	2º pe ríodo	3º pe ríodo	TOTAL	1º pe ríodo	2º pe ríodo	3º pe ríodo	TOTAL		Abandono	Transfe- rência	TOTAL
1973	33	28	-	61	28	27	-	55	-	6	-	6
1974	47	40	27	114	40	35	26	101	4	9	-	9
1975	36	27	35	98	29	25	33	87	1	10	-	10
1976	56	52	22	130	52	50	21	123	2	4	-	4
1977	37	29	42	108	33	29	38	100	1	7	-	7
T O T A L	209	176	126	511	182	166	118	466	8	36	-	36

Fonte: ETECLA - 1978.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 6

Número de Matrículas, de Aprovações, Reprovações e de Evasões do Curso de Auxiliar de Enfermagem na ETECLA, no período de 1956 a 1977.

PERÍODO	CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM					
	Matrículas *	Aprovações	Reprovações	EVASÕES		
				Abandono	Transferências	TOTAL
1956 - 1960	277	193	7	77	-	77
1961 - 1965	261	193	5	63	-	63
1966 - 1970	306	273	6	28	3	31
1971 - 1975	447	398	9	33	3	36
1976 - 1977	95	90	1	4	-	4
T O T A L	1.386	1.147	28	205	6	211

Fonte: ETECLA - 1978

* Iniciais

Observa-se, na TABELA 6, no período de 1956 a 1977, ao se comparar o número total de matrículas iniciais com o número total de aprovações, que há uma tendência decrescente da evasão, bastante acentuada, ou seja de 77 para 4. Pode-se atribuir essa situação a uma melhor seleção de candidatos, a incentivos, como bolsas de estudos e financiamentos, bem como a melhores oportunidades que o mercado de trabalho vem oferecendo. A própria valorização da profissão, pela comunidade, pode ser apontada, ainda, como uma das causas que incentiva o interesse do aluno na sua qualificação profissional, sem deixar de considerar, também a qualidade do corpo docente da ETECLA. Quan

to ao número de reprovações, pode-se dizer que é insignificante.

Segundo o NIERHS²⁴, a perda dos efetivos escolares merece um atendimento especial, através da realização de estudos e pesquisas, para determinar causas e executar medidas preventivas da evasão. Verifica-se que a ETECLA apresenta essa mesma preocupação, tanto que mantém em seu estabelecimento serviços de orientação educacional, coordenação pedagógica e serviço de orientação religiosa, como também efetua cuidadosa seleção inicial de candidatos.

4.1.4 - ÍNDICE DE APROVAÇÃO

a) Curso Técnico de Enfermagem

Constata-se, na TABELA 7, uma tendência crescente do índice de aprovação na primeira série do Curso Técnico de Enfermagem, no sistema regular, no período de 1966 a 1977, ou seja, de 80,4% para 84,9%.

Na segunda série, há uma redução significativa desse índice e na terceira série, pode-se dizer que ele é mantido.

Considerando-se o total dos percentuais, no período estudado, verifica-se que o menor percentual ou índice de aprovações concentra-se na primeira série.

Deve-se isso, provavelmente, à imaturidade da clientela do ensino regular, que nem sempre opta pela enfermagem com inteira consciência do tipo de profissão que irá abraçar.

Observa-se, na TABELA 8, que os maiores índices de aprovação do Curso de Técnico de Enfermagem, no sistema supletivo, estão nos dois últimos semestres. Pode-se dizer, no entanto, que no período de 1973 a 1977, há um bom índice de aprovação, ou seja, superior a 80%.

TABELA 7

Número de Matrículas Iniciais, de Aprovações e Índice de Aprovação, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de

1 9 6 6 a 1 9 7 7

P E R Í O D O	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	Nº DE MATRÍCULAS INICIAIS				A P R O V A Ç Õ E S							
					1ª série		2ª série		3ª série		Total	
	1ª série	2ª série	3ª série	TOTAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1966 - 1970	112	57	37	206	90	80,4	54	96,4	36	97,3	180	87,3
1971 - 1975	204	150	118	472	168	82,3	136	90,6	115	97,4	419	88,7
1976 - 1977	133	97	71	301	113	84,9	86	88,6	66	92,9	265	88,0
T O T A L	449	304	226	979	371	82,6	276	91,1	217	96,0	864	88,2

Fonte: ETECLA - 1978

TABELA 8

Número de Matrículas Iniciais, de Aprovações e Índice de Aprovação, segundo os períodos do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos

1 9 7 3 a 1 9 7 7.

A N O S	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	Nº DE MATRÍCULAS INICIAIS				A P R O V A Ç Õ E S							
					1º período		2º período		3º período		Total	
	1º período	2º período	3º período	TOTAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1973	33	28	-	61	28	84,8	27	96,4	-	-	55	90,1
1974	47	40	27	114	40	85,1	35	87,5	26	96,3	101	88,6
1975	36	27	35	98	29	80,5	25	92,6	33	94,2	87	88,7
1976	56	52	22	130	52	92,8	50	96,1	21	95,5	123	94,6
1977	37	29	42	108	33	89,2	29	100,0	38	90,4	100	92,6
T O T A L	209	176	126	511	182	87,1	166	94,3	118	93,6	466	91,1

Fonte: ETECLA - 1978

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 9

Número Total de Matrículas Iniciais, Aprovações e Índice de Aprovação, no Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977.

P E R Í O D O	CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
	Nº Total de Matrículas Iniciais	APROVAÇÕES	
		Nº	%
1956 - 1960	277	193	69,6
1961 - 1965	261	193	73,9
1966 - 1970	306	273	89,2
1971 - 1975	447	398	89,0
1976 - 1977	95	90	94,7
T O T A L	1.386	1.147	82,7

Fonte: ETECLA - 1978

Verifica-se, na TABELA 9, uma tendência crescente do índice de aprovação, no período estudado, ou seja, de 69,6% para 94,7%. Nota-se, portanto, um aumento significativo do índice de aprovação no Curso de Auxiliar de Enfermagem. Pode-se inferir que essa situação favorável é decorrente de um programa adequado de recrutamento e seleção de candidatos, bem como através dos Serviços existentes na ETECLA.

De acordo com o NIERHS²⁴, o aumento de aprovações, tanto para os cursos de auxiliar como de técnico de enfermagem, embora superior às taxas correspondentes ao incremento demográ-

fico do País, é nitidamente inferior às necessidades do sistema médico-sanitário da população.

Observa-se, pelas TABELAS, 7, 8 e 9, que no Curso Técnico de Enfermagem no sistema regular, os índices de aprovações oscilam de 87,3% para 88,7% e no sistema supletivo, oscilam de 88,6% para 94,6%. Já no curso de Auxiliar de Enfermagem, os índices de aprovações oscilam de 69,6 a 94,7%. Para os cursos técnicos, tanto nos sistemas regular como supletivo, na ETECLA, constata-se uma situação similar à encontrada no País. No entanto, para os cursos auxiliares de enfermagem, a evolução desse índice pode ser considerada como satisfatória.

4.1.5 - ÍNDICE DE EVASÃO

a) Curso Técnico de Enfermagem

Constata-se, na TABELA 10, que o maior índice ou percentual de evasão no Curso de Técnico de Enfermagem, sistema regular, da ETECLA, no período estudado, se dá na primeira série, ou seja, 16,4%, e o menor índice de evasão, na terceira série, com 3,5%.

Observa-se, ainda, que, na primeira série, a evasão se mostra decrescente, enquanto que nas demais séries, se apresenta crescente, no período de 1966 a 1977, com exceção da 3ª série, no período de 1971-75, que apresenta uma redução desse índice. Cabe ressaltar, ainda, que o índice total de evasão oscila entre 10,4 a 12,6% no referido período.

Verifica-se, na TABELA 11, que no Curso de Técnico de Enfermagem, no sistema supletivo, ocorre situação idêntica à do Curso no sistema regular, ou seja, o maior percentual ou índice de evasão se dá no primeiro período. No entanto, é importante ressaltar que, no Curso a nível supletivo, o aluno que for aprovado no final de qualquer período recebe um Certificado de Habilitação, correspondente ao módulo concluído. Verifica-se, ainda, que o índice total de evasão oscila entre 3,1 a 10,2, no período estudado.

TABELA 10

Número de Matrículas Iniciais, de Evasões e Índice de Evasão, segundo as Séries do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977

P E R Í O D O	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	Nº DE MATRÍCULAS INICIAIS				E V A S Õ E S							
					1ª série		2ª série		3ª série		Total	
	1ª série	2ª série	3ª série	TOTAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1966 - 1970	112	57	37	206	23	20,5	2	3,5	1	2,7	26	12,6
1971 - 1975	204	150	118	472	34	16,7	13	8,6	2	1,7	49	10,4
1976 - 1977	133	97	71	301	17	12,7	10	10,3	5	7,0	32	10,6
T O T A L	449	304	226	979	74	16,4	25	8,2	8	3,5	107	10,9

Fonte: ETECLA - 1978

TABELA 11

Número de Matrículas Iniciais, de Evasões e Índice de Evasão, segundo os Períodos do Curso de Técnico de Enfermagem, Sistema Supletivo, na ETECLA, nos anos de
1 9 7 3 a 1 9 7 7

A N O S	C U R S O D E T É C N I C O D E E N F E R M A G E M											
	Nº DE MATRÍCULAS INICIAIS				E V A S Õ E S							
					1º período		2º período		3º período		Total	
	1º período	2º período	3º período	TOTAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1973	33	28	-	61	5	15,1	1	3,5	-	-	6	9,8
1974	47	40	27	114	5	10,6	4	10,0	-	-	9	7,8
1975	36	27	35	98	6	16,6	2	7,4	2	5,7	10	10,2
1976	56	52	22	130	2	3,5	1	1,9	1	4,5	4	3,1
1977	37	29	42	108	4	10,8	-	-	3	7,1	7	6,4
T O T A L	209	176	126	511	22	10,5	8	4,5	6	4,7	36	7,0

Fonte: ETECLA - 1978

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 12

Número Total de Matrículas Iniciais, Evasões e Índice de Evasão no Curso de Auxiliar de Enfermagem da ETECLA, no período de 1956 a 1977.

P E R Í O D O	CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
	Nº Total de Matrículas Iniciais	EVASÕES	
		Nº	%
1956 - 1960	277	77	27,7
1961 - 1965	261	63	24,1
1966 - 1970	306	31	10,1
1971 - 1975	447	36	8,0
1976 - 1977	95	4	4,2
T O T A L	1.386	211	15,2

Fonte: ETECLA - 1978

Nota-se, na TABELA 12, uma tendência decrescente do índice de evasão do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1956 a 1977, ou seja, de 27,7% para 4,2%. Essa redução acentuada do índice de evasão pode ser decorrente do bom programa de recrutamento e seleção dos candidatos, da melhoria do corpo docente, da metodologia empregada no desenvolvimento do Curso, bem como dos próprios serviços criados na ETECLA para atender o aluno.

O NIERHS²⁴, em seu estudo, apresenta dados sobre a evasão dos educandos de enfermagem em nível técnico e auxiliar, no Brasil, no período de 1964 a 1970, constatando-se que, da 1ª série para a 2ª; há em termos médios uma perda da terça parte dos efetivos escolares, ou seja, em 1964 a matrícula na 1ª série do Curso de Auxiliar de Enfermagem era de 1.457 (100%). Já em 1965, a matrícula na 2ª série era da ordem de 1.040, ou seja, 71%. Quanto ao Curso Técnico de Enfermagem, em 1968, a matrícula na 1ª série era de 137 (100%), na 2ª série, 73, o que representa 53%. Por outro lado, é verificado, ainda, que em nenhuma oportunidade a matrícula na 2ª série representou proporção superior a 71% da matrícula no primeiro ano.

Comparando-se os dados da ETECLA, contidos nas TABELAS 10, 11 e 12, com a situação discutida pelo NIERHS, pode-se dizer que a ETECLA apresenta-se com uma situação similar. No entanto, nota-se a diminuição progressiva da evasão. Pode-se atribuir como causas da redução de evasões, tanto nos cursos técnico como no de auxiliar de enfermagem, além da melhor seleção de candidatos, os meios que a referida escola oferece, tais como bolsas de estudos, financiamentos e trabalhos remunerados.

4.1.6 - MÉDIA DE MATRÍCULAS POR TURMA

a) Curso Técnico de Enfermagem

TABELA 13

Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977.

PERÍODO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE MATRÍCULAS	MÉDIA DE MATRÍCULAS / TURMA
1966 - 1970	12	206	17
1971 - 1975	15	472	31
1976 - 1977	7	301	43
T O T A L	34	979	28

Fonte: ETECLA - 1978

Verifica-se, na Tabela 13, que a maior média de matrículas/turma está no período de 1976-1977, ou seja, 43. Nota-se, ainda, um aumento da média de matrículas no período de 1966 a 1977. Pode-se atribuir esse aumento, em parte, à convicção, por parte da ETECLA, da necessidade de melhor aproveitamento dos seus recursos humanos e físicos, tornando, assim, o curso menos oneroso e possibilitando a formação de um número mais significativo, face às necessidades do sistema utilizador. Deve-se ainda, esse aumento, à melhor divulgação da ETECLA na comunidade e conseqüente maior procura dos jovens pelo curso profissionalizante de enfermagem.

TABELA 14

Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma, do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Supletivo, na ETECLA, no período de 1973 a 1977

PERÍODO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE MATRÍCULAS	MÉDIA DE MATRÍCULAS / TURMA
1973 - 1975	5	273	54
1976 - 1977	4	238	59
T O T A L	9	511	56

Fonte: ETECLA - 1978

Observa-se, na TABELA 14, que a maior média de matrículas/turma está no período de 1976 a 1977, ou seja, 59. Verifica-se, ainda, um aumento da média de matrículas/turma, no Curso Técnico de Enfermagem, no sistema supletivo, no período de 1973 a 1977. Pode-se atribuir esse aumento à divulgação do Curso na comunidade; à praticidade do curso, que possibilita, ao egresso de 2º grau que não pretenda imediatamente prosseguir estudos de nível superior, obtenção de uma habilitação de instrumentador cirúrgico (no 1º módulo); auxiliar de enfermagem (no 2º módulo) ou técnico de enfermagem (no final do 3º módulo), proporcionando, assim, ao final de qualquer um dos semestres, uma ocupação de utilização imediata no mercado de trabalho.

Acredita-se que a ETECLA esteja convicta da necessidade de melhor aproveitamento de espaço físico, de recursos humanos e materiais, com vistas à redução do custo/aluno. Na parte prática, a ETECLA utiliza a proporção de, em média, 10 a 12 alunos/turma⁴⁹.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 15

Total de Turmas, de Matrículas e Média de Matrículas por Turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem na ETECLA, no período de 1956 a 1977.

PERÍODO	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE MATRÍCULAS	MÉDIA DE MATRÍCULAS / TURMA
1956 - 1960	13	277	21
1961 - 1965	12	261	21
1966 - 1970	11	306	27
1971 - 1975	11	447	40
1976 - 1977	2	95	47
T O T A L	49	1.386	28

Fonte: ETECLA - 1978

Verifica-se, na TABELA 15, que a média de matrículas/turma aumenta de 21 para 47, no período de 1956 a 1977.

Esse aumento significativo da média de matrículas/turma pode ser atribuído à necessidade de formar um número maior desse elemento ocupacional, face às necessidades dos serviços de saúde no Paraná. Considerando que, do total da carga horária, apenas 40% é destinada à parte teórica, acredita-se que a média encontrada na ETECLA é razoável, com vistas a reduzir o custo/aluno. No entanto, os 60% da carga horária total, destinada à prática, é desenvolvida em turmas de 10 a 12 alunos/professor.

Segundo o Guia para Curso Supletivo de Auxiliar de

Enfermagem⁴⁰, verifica-se que para cursos dessa natureza deve haver, em média, de 8 a 10 alunos por professor, para a parte prática.

De acordo com os Indicadores de Educação²¹, turmas muito grandes limitam a atuação eficaz do professor, face à impossibilidade de atender igualmente a todos os alunos, bem como afetam a qualidade do ensino.

Considera, ainda, que a relação professor-aluno entre 20 e 35 proporciona uma situação eficaz do professor.

Observa-se, pelos resultados que o comportamento dessa variável está um tanto fora dos limites recomendados para a parte teórica, como para a parte prática. No entanto, deve-se considerar que a ETECLA conta com um corpo docente, cujo grau de qualificação, pode-se afirmar, como satisfatório, conforme se verifica pela TABELA 21.

4.1.7 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

a) Curso de Técnico de Enfermagem

Aos alunos do Curso de Técnico de Enfermagem, no sistema regular da ETECLA, é exigido o Certificado de conclusão de estudos de 1º grau ou equivalente. Já para os alunos do Curso no sistema supletivo, função qualificação^{42,9}, é exigido, como pré-requisito, o Certificado ou Diploma de conclusão de estudos de 2º grau ou equivalente.

g) Função Qualificação: tem por finalidade a qualificação para o trabalho, obrigatoriamente através de cursos, sem preocupação de educação geral.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

TABELA 16

Nível de Escolaridade dos Alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977

PERÍODO	N Í V E L D E E S C O L A R I D A D E							
	Primário Completo		G I N Á S I O				TOTAL	
			2ª série		Completo			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1956 - 1960	277	100,0	-	-	-	-	277	100,0
1961 - 1965	229	87,7	-	-	32	12,3	261	100,0
1966 - 1970	-	-	156	50,9	150	49,1	306	100,0
1971 - 1975	-	-	-	-	447	100,0	447	100,0
1976 - 1977	-	-	-	-	95	100,0	95	100,0
T O T A L	506	36,5	156	11,2	724	52,3	1.386	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

Observa-se, na TABELA 16, que no período de 1956 a 1960, 100% dos alunos possuía o antigo Curso Primário Completo; no período de 1961 a 1965, 87,7% possuía o curso referido e 12,3% o antigo Curso Ginásial completo. De 1966 a 1970, 50,9% possuía a 2ª série do antigo ginásio e 49,1% apresentava conclusão deste curso. A partir de 1971, o grau de escolaridade exigido era o 1º grau completo, correspondente ao antigo primário e ginásio, resultando, assim, que 100% dos alunos apresentasse esse nível de instrução.

Segundo a Lei nº 775/49⁴², o grau de escolaridade exigido para o ingresso a esse curso era o de curso primário. Esse pré-requisito teve uma evolução progressiva.

De acordo com a Lei nº 5.692/71³³, Parecer nº 699/72³⁸ e Resolução nº 07/77¹⁸ do C.F.E., os cursos de auxiliares de enfermagem a nível de 2º grau, têm como pré-requisito de escolaridade, o 1º grau completo ou equivalente. No entanto, pode haver curso de auxiliar de enfermagem emergencial, de acordo com a Resolução nº 08/77¹⁸, do C.F.E. Este será a nível de 1º grau e de validade apenas regional, exigindo-se, no mínimo, a 4ª série, do 1º grau.

Verifica-se, pela TABELA 16, que os alunos da ETECLA apresentam uma evolução crescente quanto ao nível de escolaridade segundo as normas dos instrumentos legais citados.

O aumento do grau de escolaridade propiciou, de certa forma, melhor planejamento e operacionalização do currículo pleno^h e, conseqüentemente, melhor aproveitamento por parte dos discentes. Por outro lado, maior nível de escolaridade facilita o ensino X aprendizagem e reduz a evasão, assim como facilita a adoção de novas metodologias específicas do ensino supletivo.

(h) Entende-se por currículo pleno o conjunto de todas as atividades escolares, extra-classe e recursos em função do ensino X aprendizagem.

4.1.8 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS

a) Curso Técnico de Enfermagem

Observa-se, na TABELA 17, no período de 1966 a 1977, um índice de 59,4% de procedência paranaense dos alunos do Curso Técnico de Enfermagem, no sistema regular. O restante fica dividido em ordem decrescente entre os Estados de Santa Catarina (20,3%); Rio Grande do Sul (11,8%); São Paulo (4,7%) e outros (3,8%).

Com relação ao Curso Técnico de Enfermagem, no sistema supletivo, verifica-se na TABELA 18 que, como no sistema regular, o maior percentual está concentrado dentre os alunos de procedência paranaense, ou seja, 78,1%, nos anos de 1973 a 1977. O restante fica dividido em ordem decrescente entre os Estados de Santa Catarina (15,4%) e Rio Grande do Sul (5,3%). Os demais são insignificativos.

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

Constata-se, na TABELA 19, no período de 1966 a 1977, um índice de 57,2% de procedência paranaense dos alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem. O restante fica dividido em ordem decrescente entre os Estados de Santa Catarina (18,3%) e Rio Grande do Sul (12,0%).

AS TABELAS 17 e 18 mostram a procedência de alunos de outros estados, em especial a dos estados de Santa Catarina

e do Rio Grande do Sul. Pode-se atribuir, em parte, à fixação das famílias dos alunos no Paran, principalmente na regio Sudoeste. Por outro lado, nos estados em referncia, esses cursos tcnicos so muito recentes, com exceo de um, em Santa Catarina. Outro fator pode estar relacionado por ser a ETECLA dirigida por religiosas, contando, tambm, com alunos religiosos que constituem uma populao flutuante, procedentes de diversos estados. Quanto aos alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, verifica-se pela TABELA 19, o mesmo fenmeno. Deve-se, no entanto, ressaltar que esses cursos existem em todos esses estados. Talvez os recessos e as indecises quanto ao nvel e durao dos cursos de auxiliar de enfermagem tenham canalizado alunos ETECLA.

TABELA 17

Procedência dos Alunos do Curso Técnico de Enfermagem no Sistema Regular, na ETECLA, segundo os Estados, no período de 1966 a 1977

PERÍODO	E S T A D O S										T O T A L	
	Paraná		Sta. Catarina		R.G. do Sul		São Paulo		Outros			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1966 - 1970	100	48,5	54	26,2	30	14,6	15	7,3	7	3,4	206	100,0
1971 - 1975	283	60,0	93	19,7	58	12,2	20	4,3	18	3,8	472	100,0
1976 - 1977	199	66,1	52	17,3	28	9,3	10	3,3	12	4,0	301	100,0
T O T A L	582	59,4	199	20,3	116	11,8	45	4,7	37	3,8	979	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

TABELA 18

Procedência dos Alunos do Curso Técnico de Enfermagem no Sistema Supletivo, na ETECLA, segundo os Estados, nos anos de 1973 a 1977

A N O S	E S T A D O S										T O T A L	
	Paraná		Sta. Catarina		R.G. do Sul		São Paulo		Outros			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1973	50	81,9	11	18,1	-	-	-	-	-	-	61	100,0
1974	81	71,0	28	24,6	3	2,6	-	-	2	1,8	114	100,0
1975	98	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	98	100,0
1976	80	61,5	30	23,1	20	15,4	-	-	-	-	130	100,0
1977	90	83,4	10	9,3	4	3,7	2	1,8	2	1,8	108	100,0
T O T A L	399	78,1	79	15,4	27	5,3	2	0,4	4	0,8	511	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

TABELA 19

Procedência dos Alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1966 a 1977

PERÍODO	E S T A D O S										T O T A L	
	Paraná		Sta. Catarina		R.G. do Sul		São Paulo		Outros			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1966 - 1970	173	56,5	52	17,0	36	11,8	24	7,8	21	6,9	306	100,0
1971 - 1975	255	57,0	83	18,6	56	12,5	22	4,9	31	6,9	447	100,0
1976 - 1977	57	60,0	20	21,1	10	10,5	4	4,2	4	4,2	95	100,0
T O T A L	485	57,2	155	18,3	102	12,0	50	5,9	56	6,6	848	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

4.1.9 - CORPO DOCENTE

a) Número de Docentes - Enfermeiras e Proporção Professor/Aluno.

TABELA 20

Número de Docentes Enfermeiras, Total de Alunos e Proporção Professor/Aluno nos Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977

PERÍODO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM(1)			AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
	Nº de Docentes Enfermeiras	Nº Total de Alunos	Proporção Professor/Aluno	Nº de Docentes Enfermeiras	Nº Total de Alunos	Proporção Professor/Aluno
1956 - 1960	-	-	-	37	277	7
1961 - 1965	-	-	-	51	261	5
1966 - 1970	55	206	4	59	306	5
1971 - 1975	75	745	10	33	447	13
1976 - 1977	58	539	9	23	95	4
T O T A L	188	1.490	8	203	1.386	7

Fonte: ETECLA - 1978

(1) No sistema regular e no sistema supletivo.

Verifica-se, na TABELA 20, que a relação professor/aluno dos Cursos Técnicos de Enfermagem, nos sistemas regular e supletivo, varia de 4 a 10, enquanto que no Curso de Auxiliar de Enfermagem varia de 4 a 13 e que a média geral é de 8 para os cursos técnicos e de 7 alunos/professor para os de au-

xiliares de enfermagem.

De acordo com o Guia³⁹, uma das condições essenciais ao bom desempenho do corpo docente é ser numericamente compatível com o total de alunos. Portanto, é recomendado, em média, uma proporção de professor/aluno de 1:8 a 1:10.

Desta forma, verifica-se que, para o Curso Técnico de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1971 a 1977, a proporção está de acordo com os parâmetros referidos, ou seja, 9 e 10. Já para o curso de Auxiliar de Enfermagem, em nenhum dos períodos a proporção professor/aluno corresponde aos parâmetros mencionados.

Parece que esses resultados são demasiadamente baixos, em especial para o curso de Auxiliar de Enfermagem.

Segundo O NIERHS²⁴, quando uma proporção se encontra abaixo do parâmetro estabelecido, ocasiona um ônus, pois aumenta o custo/aluno/ano. Por outro lado, quando excede ao estabelecido, pode prejudicar a qualidade do ensino, principalmente quando as características do mesmo são eminentemente teórico-práticas. Exemplo disso é o Curso de Auxiliar de Enfermagem, em que a maior carga horária é relativa à prática, ou seja, 60%. No entanto, na ETECLA, verifica-se que, com exceção do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1971 a 1975, a relação professor/aluno esteve muito aquém da razão estabelecida.

b) Regime de Trabalho e Preparo do Corpo Docente

Neste item, o levantamento limita-se, apenas, ao ano

de 1977, por não possuir a ETECLA informações completas necessárias à elaboração de uma série histórica.

TABELA 21

Número e Distribuição de Docentes Enfermeiras para os Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, segundo o Regime de Trabalho Semanal e Preparação - 1977.

DOCENTES	REGIME DE TRABALHO SEMANAL					P R E P A R A Ç Ã O				
	Nº	(12h)	(22h)	(40h)	Outros Regimes	Diplomadas	ESPECIALIZADAS (3) EM:			Somente Licenciadas em Enfermagem
							S.P.	Obst.	Psiquiatria	
Enfermeiras	13	5	3	2	3	(1)3	1	3	1	5
Técnicos de Enfermagem	2	-	2	-	-	(2)2	-	-	-	-
TOTAL	15	5	5	2	3	5	1	3	1	5

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Apenas graduadas em Enfermagem (2) Diploma de Habilitação de Técnico de Enfermagem (3) Todas licenciadas, com cursos a nível de especialização em Enfermagem de Saúde Pública, Obstetrícia e Psiquiatria, sendo que uma enfermeira possui pós-graduação em Obstetrícia.

Das 13 docentes-enfermeiras existentes em 1977 na ETECLA, verifica-se que prevalece o número de enfermeiras com regime de trabalho de 12h semanais. A seguir, figuram 6 enfermeiras, sendo 3 trabalhando em regime de 22h semanais e 3 em outros regimes de trabalho. Apenas 2 enfermeiras trabalham em re

gime de 40h semanais.

Com referência aos técnicos de enfermagem com funções docentes (monitoria - supervisão nos estágios de introdução à enfermagem, saúde pública e centro cirúrgico para auxiliares de enfermagem), os mesmos estão contratados em regime de 22h semanais.

Quanto ao preparo do corpo docente, observa-se que 3 enfermeiras possuem apenas o curso de graduação em enfermagem; 5 são somente licenciadas em enfermagem e 5 são, além de licenciadas, possuidoras de cursos de especialização em enfermagem de saúde pública, obstetrícia e psiquiatria, sendo que 1 possui curso de pós-graduação em obstetrícia.

De acordo com o Relatório da Comissão de Atividades Científicas e Documentação da ABEn⁴⁶, referentes ao ano de 1976, o regime de trabalho de docentes situava-se entre 12 a 18 horas semanais nos cursos técnicos de enfermagem e de 42h e mais nos Cursos de Auxiliares de Enfermagem.

Na ETECLA, verifica-se que o regime de trabalho do corpo docente, para ambos os cursos, oscila entre 12h e 40h semanais. Essa distribuição pode ser considerada como uma estratégia da ETECLA para equilibrar o custo/aluno, sem prejuízo da qualidade do ensino.

Segundo o documento: "Indicadores de Educação"²¹, a eficiência do sistema escolar depende em grande parte da qualidade do corpo docente.

No estado do Rio Grande do Sul foi constatado, em 1973, com relação a qualificação do corpo docente que, aproximadamen

te 47% não tinha habilitação necessária para o exercício de magistério no ensino de 1º grau e 40% para o ensino de 2º grau²¹.

Comparando os resultados encontrados com a ETECLA, pode-se dizer que a referida escola apresenta uma situação satisfatória, considerando que seu corpo docente é constituído de profissionais com bom nível de qualificação, conforme se verifica na TABELA 21.

4.1.10 - PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA ETECLA

Na produção dos serviços educacionais na ETECLA, além do número de matrículas na última série, foram consideradas as seguintes variáveis:

- concluintes
- repetentes
- evadidos

Ainda, além dessas variáveis, considerou-se o custo/aluno/ano, por ser um dos elementos de custo da unidade de ensino.

A ETECLA forneceu, para o presente estudo, o custo/aluno/ano, em preços correntes, dos Cursos Técnicos de Enfermagem, nos sistemas regular e supletivo, e de Auxiliar de Enfermagem. No entanto, foi feito um deflacionamento^{22, 23}, segundo os índices a preços constantes, relativos ao ano de 1977, com vistas a permitir uma visão atual do custo/aluno/ano. Após, esse custo foi agrupado por períodos, conforme consta das tabelas 22, 23 e 24.

a) Curso Técnico de Enfermagem

Quanto à produção, verifica-se na TABELA 22, no período de 1966 a 1970 para o Curso Técnico de Enfermagem, no sistema regular, 97,3% de alunos concluintes e 2,7% de evadidos. No período de 1971 a 1975 houve 97,5% de concluintes, 1,7% de evadidos e, apenas 0,8% de repetentes.

Nos períodos referidos, pode-se dizer que o % de concluintes se manteve constante e acima de 90%. Por outro lado, quanto aos repetentes e evadidos, os mesmos são inexpressivos. Já no período de 1976 a 1977, embora apresente 92,9% de alunos concluintes, constata-se 7,1% de evadidos e ausência de repetentes.

Quanto ao custo/aluno/ano, nota-se uma tendência crescente, no período de 1966 a 1975. De 1976 a 1977, em que apenas dois anos são considerados, esse custo se apresenta um tanto elevado.

A média desse custo, calculada segundo os índices a preços constantes (1977)^{22, 23}, oscila de Cr\$ 7.449,32 (sete mil quatrocentos e quarenta e nove cruzeiros e trinta e dois centavos) a Cr\$ 11.536,31 (onze mil quinhentos e trinta e seis cruzeiros e trinta e um centavos), no período de 1966 a 1977.

A TABELA 23, relativa ao Curso Técnico de Enfermagem, no sistema supletivo, apresenta, no período de 1974 a 1977, 93,6% de alunos concluintes, 1,6% de repetentes e 4,8% de alunos evadidos. Observa-se, ainda, no período referido, que o índice de alunos concluintes se manteve acima de 90%.

Quanto ao custo/aluno/ano, observa-se que o mesmo se manteve constante, havendo, inclusive, uma tendência decrescente.

te de 1974 a 1977, ou seja, de Cr\$ 15.608,64 (quinze mil seiscientos e oito cruzeiros e sessenta e quatro centavos) para Cr\$ 15.100,00 (quinze mil e cem cruzeiros).

b) Curso de Auxiliar de Enfermagem

Verifica-se, na TABELA 24, no período de 1956 a 1977, um aumento crescente do % de alunos concluintes, ou seja, de 69,7% para 94,7%; com uma redução significativa tanto de alunos repetentes, como de evadidos, ou seja, de 2,5% para 1,1% e de 27,8% para 4,2%, respectivamente.

A média do custo/aluno/ano, a partir dos índices de deflacionamento (1977)^{22,23}, pode-se dizer que se manteve constante, no período de 1956 a 1970. Já, para os demais períodos, a média de custo se apresenta crescente.

Segundo TOBELEM⁴⁹, a escola é entendida como unidade de produção que utiliza fatores de produção, tais como professores, alunos e instalações físicas para oferecer serviços educacionais. Por outro lado, os estudos de custos tem que ser fundamentados e definidos, segundo os objetivos que se perseguem. No caso do Brasil, sabe-se que o objetivo maior é chegar a atender melhor ao crescimento da demanda e formação de recursos humanos.

Convém dizer que se a educação implica custos, também implica benefícios. E, custo, em outras palavras, é apenas um lado da equação que liga "inputs" educacionais a "outputs" benefícios educacionais⁴⁹.

De acordo com o VI Encontro de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, "a análise dos custos por aluno matriculado e por aluno aprovado é uma das formas de se verificar a produtividade do sistema educacional."^{37, i}

Partindo dessas fundamentações, observa-se que, embora a ETECLA apresente, um custo/aluno/ano, um tanto elevado, pode-se dizer que, a referida escola, apresenta uma adequada produtividade do seu sistema de ensino, tendo em vista o alto índice de alunos concluintes (aprovados) e os baixos percentuais de alunos repetentes e evadidos.

Outro aspecto é, com relação ao alto índice de fixação no mercado de trabalho, no Estado do Paraná, conforme se constata nas TABELAS 25 e 26, ou seja, os egressos dos cursos da ETECLA são absorvidos, imediatamente, pelos serviços existentes no estado em referência.

Ainda, com relação ao aumento significativo do custo/aluno/ano, na ETECLA, acredita-se que essa situação possa ser decorrente de diversos fatores, tais como:

- baixa relação professor/aluno, conforme já foi constatado na TABELA 20;
- corpo docente constituído, na sua maioria, por enfermeiras com cursos a níveis de especialização e pós-graduação, portanto, com exigências de salários mais altos (TABELA 21), além de outros profes

i) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Ensino Médio. Apropriação de custos do ensino a nível de 2º grau. Natal, 1974. (Trabalho apresentado no VI Encontro de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, realizado em Natal, de 11 a 15 de fevereiro de 1974. p.18

- sores, para a parte de educação geral, onerando, provavelmente, o custo do ensino.
- aquisição de novos equipamentos e ampliação das instalações, segundo a Direção da ETECLA;
- custo de administração (salário do pessoal adminisistrativo, manutenção e instalações)
- melhoria de condições materiais em função do aluuno

TABELA 22

Matrículas, Alunos Concluintes, Repetentes, Evadidos, Total e Média do Custo/
Aluno/Ano, a Preços Correntes e Constantes, do Curso Técnico de Enfermagem, no
Sistema Regular, na ETECLA, no período de 1966 a 1977

PERÍODO	CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM										
	Matrículas *	Concluintes		Repetentes		Evadidos		Total (1) do Custo/ Aluno/Ano	Média (1) do Custo/ Aluno/Ano	Total (2) do Custo/ Aluno/Ano	Média (2) do Custo/ Aluno/Ano
		Nº	%	Nº	%	Nº	%				
1966 - 1970	37	36	97,3	-	-	1	2,7	4.595,29	919,05	37.246,60	7.449,32
1971 - 1975	118	115	97,5	1	0,8	2	1,7	19.434,09	3.886,81	56.578,68	11.315,73
1976 - 1977	71	66	92,9	-	-	5	7,1	19.548,49	9.774,24	23.072,62	11.536,31
TOTAL	226	217	96,0	1	0,4	8	3,6	43.577,87	3.631,48	116.897,90	9.741,49

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Total e média do custo/aluno/ano a preços correntes (2) Total e média do custo/aluno/ano a preços constantes, relativos ao ano de 1977.

(*) Na última série.

TABELA 23

Matrículas, Alunos Concluintes, Repetentes, Evadidos, Total e Média do Custo/Aluno/
Ano, a Preços Correntes e Constantes, do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema
Supletivo, na ETECLA, nos anos de 1974 a 1977

ANOS	CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM								
	Matrículas *	Concluintes		Repetentes		Evadidos		Total (1) do Custo/ Aluno/Ano	Total (2) do Custo/ Aluno/Ano
		Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1974	27	26	96,3	1	3,7	-	-	6.061,61	15.608,64
1975	35	33	94,3	-	-	2	5,7	8.020,86	16.172,56
1976	22	21	95,5	-	-	1	4,5	10.948,37	15.626,07
1977	42	38	90,5	1	2,4	3	7,1	15.100,00	15.100,00
TOTAL	126	118	93,6	2	1,6	6	4,8	40.130,84	62.507,27

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Total do custo/aluno/ano a preços correntes (2) Total do custo/aluno/ano a preços constantes, relativos ao ano de 1977.

(*) No último período.

TABELA 24

Número Total de Matrículas, Alunos Concluintes, Repetentes, Evadidos, Total e Média do Custo/Aluno/Ano, a Preços Correntes e Constantes, do Curso de Auxiliar de Enfermagem, na ETECLA, no período de 1956 a 1977

PERÍODO	CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM										
	Nº total de Matrículas	Concluintes		Repetentes		Evadidos		Total (1) do Custo/ Aluno/Ano	Média (1) do Custo/ Aluno/Ano	Total (2) do Custo/ Aluno/Ano	Média (2) do Custo/ Aluno/Ano
		Nº	%	Nº	%	Nº	%				
1956 - 1960	277	193	69,7	7	2,5	77	27,8	150,33	30,06	42.814,32	8.562,86
1961 - 1965	261	193	73,9	5	1,9	63	24,2	980,88	196,17	37.173,27	7.434,65
1966 - 1970	306	273	89,2	6	2,0	27	8,8	4.595,29	919,05	37.246,60	7.449,32
1971 - 1975	447	398	89,0	9	2,0	40	9,0	19.434,45	3.886,89	56.579,61	11.315,92
1976 - 1977	95	90	94,7	1	1,1	4	4,2	19.548,49	9.774,24	23.072,62	11.536,31
TOTAL	1.386	1.147	82,7	28	2,1	211	15,2	44.709,44	2.032,24	196.886,42	8.949,38

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Total e média do custo/aluno/ano a preços correntes (2) Total e média do custo/aluno/ano a preços constantes, relativos ao ano de 1977.

4.1.11 - ÍNDICE DE FIXAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Neste item, o levantamento limita-se, apenas, ao ano de 1977, por não possuir, a ETECLA, informações completas necessárias à elaboração de uma série histórica.

a) Segundo o Setor

TABELA 25

Distribuição dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem formados pela ETECLA, em atividade ou não, segundo o setor de trabalho-
1977

SETOR	TÉC. DE ENFERMAGEM		AUX. DE ENFERMAGEM	
	Nº	%	Nº	%
Hospital	50	67,6	29	60,4
Escola	5	6,8	-	-
Saúde Pública	6	8,1	5	10,5
Consultório especializado	1	1,3	6	12,5
Previdência Social	1	1,3	-	-
(1)Outros	6	8,1	2	4,1
Não trabalham	5	6,8	6	12,5
TOTAL	74	100,0	48	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Indústria, Obras Sociais

Observa-se, na TABELA 25, que, dos 74 técnicos de enfermagem formados pela ETECLA em 1977, 93,2% fixaram-se no mercado de trabalho. Destes, 67,6% trabalham em hospitais, 8,1% em saúde pública e apenas 1,3% na Previdência Social.

Nota-se que o maior percentual se encontra em hospitais. Esse fato é devido, em parte, ao tipo de formação recebida, uma vez que a maior absorção de pessoal de enfermagem desse nível se dá em hospitais. Observa-se, ainda, que o técnico de enfermagem participa, como auxiliar de ensino, em curso de auxiliar de enfermagem e de habilitação básica em saúde, num percentual de 6,8%. O restante fica dividido em outros serviços. Aparecem, também, aqueles que não trabalham (6,8%) por motivos diversos, tais como: casamento, licença por doença, ingresso na vida religiosa e prosseguimento de estudos. A Direção da ETECLA informa, no entanto, que a maioria desses motivos é temporário.

Com relação aos 48 auxiliares de enfermagem formados pela ETECLA em 1977, ainda, observa-se, na TABELA 25, que 87,5% fixaram-se no mercado de trabalho. Destes, 60,4% trabalham em hospitais e 10,5% em saúde pública. O restante fica dividido em outros serviços.

Aparecem, ainda, aqueles que não trabalham por motivos semelhantes aos já mencionados para os Técnicos de Enfermagem.

Verifica-se, também, que o maior percentual se dá em hospitais. Isso é consequência, do tipo de formação recebida, e, em parte, do tipo de mercado, já que são os hospitais que absorvem maior contingente de pessoal auxiliar de enfermagem.

b) Segundo os Estados

TABELA 26

Fixação do Técnico e Auxiliar de Enfermagem
no Mercado de Trabalho, segundo os
Estados - 1977

ESTADOS	Técnico de Enfermagem		Auxiliar de Enfermagem	
	Nº	%	Nº	%
Paraná	50	67,6	35	72,9
São Paulo	1	1,3	-	-
Sta. Catarina	6	8,1	4	8,3
R.G. do Sul	3	4,0	1	2,1
Minas Gerais	2	2,8	1	2,1
Rio de Janeiro	1	1,3	1	2,1
(1)Outros	6	8,1	-	-
Não Trabalham	5	6,8	6	12,5
TOTAL	74	100,0	48	100,0

Fonte: ETECLA - 1978

(1) Amapá, Rondônia, Alemanha, Paraguai e Espírito Santo

Verifica-se, na TABELA 26, que a grande maioria dos formados pela ETECLA, em 1977, fixou-se no Estado do Paraná, ou seja, 67,6% dos técnicos e 72,9% dos auxiliares de enfermagem fixaram-se no mercado de trabalho parananense. Pode-se dizer que é um índice satisfatório, uma vez que mais de 67% dos concluintes de curso foram absorvidos pelo mercado de trabalho estadual.

Segundo o Relatório de Avaliação do Projeto - Formação de Auxiliar de Enfermagem do Ministério da Saúde ⁴¹, verifica-se, em 1972, que em 11 Estados da Federação e em 1 Território, dos 155 técnicos de enfermagem e dos 9.442 auxiliares de enfermagem, 96,7% dos técnicos e 95,3% dos auxiliares fixaram-se em hospitais, e apenas 3,3% dos técnicos e 4,7% dos auxiliares de enfermagem fixaram-se em saúde pública.

Comparando esses dados com os encontrados no Estado do Paraná, em 1977, verifica-se uma situação similar, ou seja, 67,6% de técnicos e 60,4% de auxiliares de enfermagem estão atuando em hospitais. Observa-se, no entanto, que no Estado do Paraná a fixação em hospitais ocorre em grande percentual, mas ainda há uma distribuição maior na área de saúde pública, isto é, 8,1% e 10,5% para o técnico e auxiliar de enfermagem, respectivamente.

É provável que em 1977, nos 11 Estados da Federação e no Território referidos, tenha ocorrido mudanças com relação à colocação desse pessoal de enfermagem no mercado de trabalho em outros setores, face aos novos estímulos de programas de atendimento às populações.

4.1.12 - PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS A NÍVEL SUPERIOR

Neste item o levantamento limita-se apenas ao ano de 1977, por não possuir, a ETECLA, informações completas, necessárias à elaboração de uma série histórica.

TABELA 27

Prosseguimento de Estudos a Nível Superior
do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem,
formados na ETECLA, 1977.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM		AUXILIAR DE ENFERMAGEM		% DE PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS A NÍVEL SUPERIOR	
Formados	Prosse <u>guiram</u>	Formados	Prosse <u>guiram</u>	Do Técnico de Enfermagem	Do Auxiliar de Enfermagem
74	10	48	-	13,5	-

Fonte: ETECLA - 1978.

Observa-se, na tabela 27, que, dos 74 técnicos de enfermagem formados em 1977, 10 prosseguiram estudos de nível superior, ou seja, 13,5%. Destes, segundo a Direção da ETECLA apenas 1 optou pela Enfermagem. No entanto, é interessante ressaltar que, embora 13,5% tenham prosseguido seus estudos, esse contingente não deixou de exercer a profissão. Com relação ao auxiliar de enfermagem, verifica-se que, dos 48 formados, nenhum prosseguiu seus estudos.

Segundo OGUISSO ⁴², o concluinte de curso de 1º grau poderá fazer cursos de qualificação profissional, cujo currículo é composto apenas de disciplinas profissionalizantes e é conferido Certificado de Auxiliar de Enfermagem, com validade nacional, mas sem direito a prosseguimento de estudos em nível superior. Por outro lado, há, ainda, a possibilidade deles prestarem exame supletivo de Técnico de Enfermagem, recebendo, nesse caso, Certificado de Técnico e não diploma. Entretanto, não

podem prosseguir estudos em nível superior, por não terem concluído o 2º grau, embora possam exercer a ocupação como Técnico de Enfermagem.

Já o Técnico de Enfermagem, com sua formação completa de educação geral e profissionalizante de enfermagem, possui o direito de prosseguimento de estudos em nível superior.

Na ETECLA, verifica-se que há prosseguimento de estudos somente para o técnico de enfermagem.

Pode-se atribuir esse fato à facilidade com que o técnico de enfermagem ingressa no 3º grau, face aos pré-requisitos que possui.

Para os auxiliares de enfermagem, não há prosseguimento de estudos em nível superior pelos motivos já referidos.

4.2 - SITUAÇÃO E NECESSIDADE DE PESSOAL DE ENFERMAGEM NO ESTADO DO PARANÁ

A escassez do pessoal de saúde em todas as categorias é um dos problemas defrontados no Estado do Paraná, como nos demais estados da Região Sul. Quanto à Enfermagem, os recursos humanos são ainda insuficientes para atender às necessidades de saúde, tanto nas áreas hospitalar e para-hospitalar, como na de saúde pública.

Os recursos humanos de enfermagem estão representados pela enfermeira, pelo técnico de enfermagem e pelo pessoal auxiliar de enfermagem: auxiliar de enfermagem, visitadora sanitária, instrumentador cirúrgico e atendente.

A deficiência crítica de enfermeiras tem sido um fator imperativo na utilização do pessoal auxiliar de enfermagem nos serviços de saúde. Por outro lado, reconhece-se que esse pessoal, quando adequadamente preparado e supervisionado, presta uma valiosa contribuição na prestação das ações de saúde².

A primeira parte deste estudo abrange o levantamento quanto à disponibilidade de recursos humanos de enfermagem: enfermeira, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e atendente. A segunda, refere-se ao levantamento quanto à necessidade de enfermeira, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem. Ambas abrangeram as organizações hospitalares, parahospitalares e os serviços oficiais de saúde pública.

4.2.1 - NÚMERO DISPONÍVEL E NECESSÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM À ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

TABELA 28

Recursos Humanos de Enfermagem destinados
à Assistência Hospitalar, no Estado do
Paraná - 1974

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS À ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	
	Número	Razão/100 leitos
Enfermeira	228	0,9
Técnico de Enfermagem	(1) 56	0,2
Auxiliar de Enfermagem	990	3,8
Atendente	(2) 5.100	19,8
T O T A L	6.374	24,8

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1976 (dados de 1974)

Número de leitos: 25.625 - Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (dados de 1974)

(1) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (2) Estão incluídos além de atendentes, parteiras práticas e práticos de enfermagem.

Verifica-se, na TABELA 28, que o Estado do Paraná se apresenta em 1974 com 228 enfermeiras; 56 técnicos de enfermagem; 990 auxiliares de enfermagem e 5.100 atendentes, ou seja, 0,9 enfermeiras, 0,2 técnicos de enfermagem, 3,8 auxiliares de enfermagem e 19,8 atendentes/100 leitos.

Constata-se que a maior parte das ações de enfermagem em serviços hospitalares é prestada pelo atendente, que possui, em sua grande maioria, apenas conhecimentos elementares. Deve-se ressaltar, no entanto, com relação ao insignificante número de técnicos de enfermagem, que os mesmos ingressaram no mercado de trabalho a partir de 1969.

TABELA 29

Disponibilidade e Necessidade de Recursos Humanos de Enfermagem na Assistência Hospitalar, no Estado do Paraná - 1974.

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR				DEFI CIT Nº
	Disponível		Necessário(1)		
	Nº	Razão/ 100 leitos	Razão/ 100 leitos	Nº	
Enfermeira	228	0,9	6	1.541	1.313
Técnico de Enfermagem	(2)56	0,2	(3)10	2.569	2.513
Auxiliar de Enfermagem	990	3,8	(3)17	4.368	3.378
T O T A L	1.274	4,9	33	8.479	7.205

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (dados de 1974)

Número de leitos: 25.695 - Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (dados de 1974)

(1) Necessidade, segundo Padrão da OP/OMS (2) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (3) A autora convencionou, no presente trabalho, a razão de 10 técnicos e de 17 auxiliares de enfermagem/100 leitos, considerando a pirâmide de formação de pessoal e a complexidade de funções.

Considerando os recursos humanos disponíveis de enfermagem e sua razão/100 leitos, no Estado do Paraná, em 1974, e comparando-os com o número e a razão/100 leitos necessários, segundo o Padrão estabelecido pela OPS/OMS e a razão convencionalizada pela autora, constata-se um deficit muito significativo, ou seja, da ordem de 1.313 enfermeiras; 2.513 técnicos de enfermagem e de 3.378 auxiliares de enfermagem, o que deve merecer atenção especial dos setores de saúde e de educação. (TABELA 29).

4.2.2 - NÚMERO DISPONÍVEL E NECESSÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA E ESTABELECIMENTOS PARA-HOSPITALARES

TABELA 30

Recursos Humanos de Enfermagem Destinados aos Serviços de Saúde Pública e Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná - 1974

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS	
	Número	Razão/10.000 hab.
Enfermeira	33	0,04
Técnico de Enfermagem	(1) 8	0,009
Auxiliar de Enfermagem	187	0,23
Atendente	(2) 1.098	1,35
T O T A L	1.326	1,63

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (dados de 1974)

População estimada em 1974: 8.116.000 - Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (1) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (2) Estão incluídos parteiras práticas, práticos de enfermagem e visitadoras sanitárias.

Verifica-se, na TABELA 30, que o Estado do Paraná se apresenta em 1974 com 33 enfermeiras, 8 técnicos de enfermagem 187 auxiliares de enfermagem e 1.098 atendentes, ou seja, 0,04 enfermeiras, 0,009 técnicos de enfermagem, 0,23 auxiliares de enfermagem e 1,35 atendentes/10.000 habitantes.

TABELA 31

Disponibilidade e Necessidade de Recursos Humanos de Enfermagem para a Assistência em Serviços de Saúde Pública e Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná - 1974

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM				DEFI- CIT (nº)
	Disponível		Necessário(1)		
	Núme- ro	Razão/ 10.000 hab.	Razão/ 10000 hab.	Número	
Enfermeira	33	0,04	(3) 1.5	1.217	1.184
Técnico de Enfermagem	(2) 8	0,009	(3) 3.0	2.434	2.426
Auxiliar de Enfermagem	187	0,23	14.5	11.768	11.581
T O T A L	228	0,28	19.0	15.420	15.192

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - FIBGE - 1976 (dados de 1974)

População estimada em 1974: 8.116.000 - Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976

(1) Necessidade, segundo o Padrão da OPS/OMS (2) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (3) A autora, no presente trabalho, adotou a razão de 4.5, sendo 1/3 de enfermeiras e 2/3 de técnicos de enfermagem, ou seja, 1.5 enfermeiras e 3.0 técnicos de enfermagem e 14.5 auxiliares de enfermagem/10.000 habitantes, considerando a pirâmide de formação de pessoal e a complexidade de funções.

Considerando os recursos humanos disponíveis de enfermagem e sua razão/10.000 habitantes, no Estado do Paraná em 1974, e, comparando-os com o número e razão/10.000 habitantes necessários, segundo o Padrão proposto pela OPS/OMS, no Plano

Decenal de Saúde para as Américas⁴³, constata-se um acentuado de ficit, ou seja, da ordem de 1.184 enfermeiras, 2.426 técnicos de enfermagem e 11.581 auxiliares de enfermagem. (TABELA 31)

De acordo com o Relatório de Avaliação - Formação de Auxiliar de Enfermagem, "o contingente de pessoal de enfermagem em atividade no País, em 1970, atinge a 77.732, com a seguinte estrutura ocupacional:

Categoria	Nº	%
Enfermeiro	8.500	11,0
Técnico de Enfermagem	277	0,4
Auxiliar de Enfermagem	19.000	24,4
Atendente (inclusive prático de enfermagem e parteira prática)	<u>49.955</u>	<u>64,2</u>
Soma	77.732	100,0

Observa-se que a estrutura ocupacional da enfermagem está quase que inteiramente tomada pelo pessoal auxiliar, destacando-se o Atendente com mais de 60% e representando o enfermeiro cerca de 11,0% do total." ^{41,j}

Comparando com os dados encontrados no Estado do Paraná, observa-se uma situação idêntica, ou seja, um de ficit muito acentuado de recursos humanos de enfermagem habilitados, tanto em serviços hospitalares e para-hospitalares, como nos serviços de saúde pública. Apresenta-se, também, com um grande contingente de atendente-pessoal de nível elementar.

j) MINISTÉRIO DA SAÚDE. Divisão Nacional de Organização Sanitária. Setor de Enfermagem. Guia para curso supletivo de auxiliar de enfermagem. Rio de Janeiro, 1975. p.35

As dificuldades a serem superadas com a qualificação do vultoso contingente de Auxiliares de Enfermagem, sugerem que ainda por certo período de tempo, os quadros de pessoal auxiliar continuarão a ser preenchidos por Atendentes de Enfermagem.

Ressalta-se, ainda, que o número inexpressivo de técnicos de enfermagem no Estado do Paraná, deve-se ao fato de terem ingressado no mercado de trabalho a partir de 1969.

4.3 - PROJEÇÃO DE NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM NO ESTADO DO PARANÁ, EM 1980

4.3.1 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

O critério adotado para calcular a projeção de necessidades de pessoal de enfermagem em Assistência Hospitalar em 1980 foi o proposto pela OPS/OMS, ou seja, 33 elementos de enfermagem, sendo 6 enfermeiras para 100 leitos.⁴³

TABELA 32

Projeção de Necessidades de Recursos Humanos
de Enfermagem, para Assistência Hospitalar,
no Estado do Paraná, em 1980

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM				PROJEÇÃO DE NECESSIDADES (Nº)
	Disponível em 1974		Necessário(1) em 1980		
	Nº	Razão/ 100 leitos	Nº	Razão/ 100 leitos	
Enfermeira	228	0,67	2.012	6	1.784
Técnico de Enfermagem	(2)56	0,16	3.354	(3)10	3.298
Auxiliar de Enfermagem	990	2,95	5.703	(3)17	4.713
T O T A L	1.274	3,79	11.070	33	9.796

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976 (dados de 1974)

(1) Necessidade, segundo o Padrão da OPS/OMS (2) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (3) A autora convencionou, no presente trabalho, a razão de 10 técnicos e de 17 auxiliares de enfermagem para 100 leitos, considerando a pirâmide de formação de pessoal e a complexidade de funções.

Constata-se, pela TABELA 32, a necessidade, em 1980, de 1.784 enfermeiras; 3.298 técnicos de enfermagem e 4.713 auxiliares de enfermagem, para os 33.548^k leitos projetados para o ano em referência.

k) A projeção de leitos para 1980, no valor de 33.548, foi feita através do índice de 9,52% de aumento ao ano, conforme o adotado, para estimativa, no documento da Federação Brasileira de Hospitais, junho de 1973.

4.3.2 - SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA E ESTABELECIMENTOS PARA-HOSPITALARES

Para o cálculo da projeção das necessidades de recursos humanos de enfermagem em serviços dessa natureza, em 1980, utilizou-se o Padrão proposto pela OPS/OMS, ou seja, 19.0 elementos de enfermagem para 10.000 habitantes, sendo deste, 4.5 enfermeiras, dos quais $1/3$ é constituído de enfermeiras e $2/3$ de técnicos de enfermagem, além de 14.5 de auxiliares de enfermagem.^{42, 43, 3}

Constata-se, na TABELA 33, no Estado do Paraná, em 1980, a necessidade de 1.508 enfermeiras; 3.074 técnicos de enfermagem e 14.710 auxiliares de enfermagem, para uma população de 10.274.200.^ℓ

De acordo com o Relatório de Avaliação-Formação de Auxiliares de Enfermagem do Ministério da Saúde⁴¹, em 1980, o País contará com aproximadamente 16.000 graduados em Enfermagem, mantidas as atuais tendências da formação e da evasão. É ressaltado que o estoque estará muito aquém das necessidades previstas pelo Plano Decenal de Saúde para as Américas, que indica proporção de 4.5 enfermeiras para 10.000 habitantes. Corresponde, em números absolutos, a 56.250 enfermeiros.

Segundo OGUISSO⁴², se for considerada a proporção de $1/3$ de pessoal de nível superior e $2/3$ de nível médio, isto é, de técnicos de enfermagem, haverá necessidade de 18.750 enfermeiros e 37.500 técnicos de enfermagem.

ℓ) População estimada, segundo o Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976

Com relação ao Auxiliar de Enfermagem, observa-se, ainda, no Relatório do Ministério da Saúde⁴¹, que a situação da meta esperada para 1980, consoante as proposições do Plano Decenal de Saúde, será de 14.5 por 10.000 habitantes, o que equivale a 181.000 auxiliares de enfermagem. Os estoques conhecidos atualmente, acrescidos, segundo hipóteses alternativas, dos fluxos de preparação e de evasão, faz prever que, no final da década, o pessoal desta categoria profissional somará aproximadamente 60.000, ou seja, cerca de 4.8 por 10.000 habitantes. Para atingir a meta proposta, há de capacitar, até o final da década, aproximadamente, 130.000 auxiliares de enfermagem.

O Ministério da Saúde demonstrando sua visível preocupação com a problemática da enfermagem nacional e procurando cumprir as Recomendações do Plano Decenal, vem promovendo estudos e programas para apoiar e fortalecer os sistemas de formação e capacitação de auxiliares de enfermagem necessários à demanda, no país, na década atual.

Na projeção de necessidades de recursos humanos de enfermagem, em 1980, no Estado do Paraná, observa-se uma situação similar da encontrada no referido relatório, ou seja, no ano em referência, haverá ainda um acentuado deficit desses recursos, o que merece atenção especial dos setores de educação e saúde.

TABELA 33

Projeção de Necessidades de Recursos Humanos de Enfermagem, para Assistência em Serviços de Saúde Pública e em Estabelecimentos Para-Hospitalares, no Estado do Paraná, em 1980

CATEGORIA DE PESSOAL	RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM				PROJEÇÃO DE NECESSIDADES (Nº)
	Disponível em 1974		Necessário(1) em 1980		
	Nº	Razão / 10.000 hab.	Nº	Razão / 10.000 hab.	
Enfermeira	33	0,04	1.541	(3)1.5	1.508
Técnico de Enfermagem	(2)8	0,009	3.082	(3)3.0	3.074
Auxiliar de Enfermagem	187	0,23	14.897	14.5	14.710
T O T A L	228	0,28	19.520	19.0	19.292

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil da F.I.B.G.E. - 1976 (dados de 1974)

População estimada em 1980: 10.274.200 - Anuário Estatístico do Brasil da FIBGE - 1976.

(1) Necessidade, segundo o Padrão da OPS/OMS (2) ABEn/Seção do Paraná (dados de 1973) (3) A autora, no presente trabalho, adotou a razão de 1/3 de enfermeiras, 2/3 de técnicos de enfermagem, ou seja, 1.5 enfermeiras e 3.0 técnicos de enfermagem e 14.5 auxiliares de enfermagem/10.000 habitantes, considerando a pirâmide de formação de pessoal e a complexidade de funções.

4.4 - SITUAÇÃO DA CAPACIDADE DO APARELHO FORMADOR DO ENSINO DE ENFERMAGEM A NÍVEL DE 2º GRAU NO ESTADO DO PARANÁ

O aparelho formador de recursos humanos de enfermagem, a nível de 2º grau, no Estado do Paraná, em 1977, compreende:

- oito Cursos de Técnico de Enfermagem, sendo cinco no Sistema Regular e três no Sistema Supletivo, lolizados em:
 - Curitiba : 2
 - Londrina : 5
 - Jacarezinho : 1
- quinze Cursos de Auxiliares de Enfermagem, sendo nove no Sistema Regular e seis no Sistema Supletivo, localizados em:
 - Curitiba : 5
 - Londrina : 4
 - Maringá : 1
 - Apucarana: 2
 - Cascavel : 1
 - Guarapuava: 1
 - Paranavaí: 1

Verifica-se, na TABELA 34, que o Estado do Paraná, em 1977, apresenta uma capacidade de formação de pessoal de enfermagem, a nível técnico e auxiliar, da seguinte ordem:

- Técnico de Enfermagem
 - No Sistema Regular: 257
 - No Sistema Supletivo: 201

- Auxiliar de Enfermagem,

No Sistema Regular : 620

No Sistema Supletivo: 188

Constata-se que as Escolas e/ou Cursos de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, no Estado do Paraná, em 1977, participaram na formação de:

- 458 técnicos de enfermagem
- 808 auxiliares de enfermagem

TABELA 34

Produção dos Cursos de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, nos Sistemas Regular e Supletivo, no Estado do Paraná - 1977

MUNICÍPIOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM		AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
	Sistema Regular	Sistema Supletivo	Sistema Regular	Sistema Supletivo
Curitiba	160	79	85	130
Londrina	79	122	52	58
Jacarezinho	18	-	-	-
Maringá	-	-	32	-
Paranavaí	-	-	32	-
Apucarana	-	-	126	-
Cascavel	-	-	58	-
Guarapuava	-	-	235	-
T O T A L	257	201	620	188

Fonte: ETECLA - 1978

Segundo o Relatório de Avaliação do Projeto - Formação de Auxiliar de Enfermagem, do Ministério da Saúde⁴¹, a produção dos cursos de auxiliares de enfermagem no País, no período de 31 anos (1941-1972) era da ordem de 23.398 auxiliares. Em 1968 foram formados os primeiros técnicos em enfermagem. No de curso de 5 anos (1968/1972) foram produzidos 385 técnicos de enfermagem. Observa-se, no entanto, um número insuficiente para atender às necessidades do mercado de trabalho. Decorre daí a utilização, pelos serviços de saúde, quer do setor público ou privado, do elemento atendente, que em 1970 era da ordem de 69.841 no País.

Considerando a projeção de necessidades no Estado do Paraná verificada nos itens 4.2 e 4.3, infere-se que, as escolas ainda não estão formando, em número suficiente, pessoal de enfermagem a nível técnico e auxiliar, para atender as expectativas do mercado de trabalho atual e de 1980.

4.5 - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS, NO ESTADO DO PARANÁ, ONDE PODERIAM SER IMPLANTADOS OS CURSOS DE TÉCNICO E DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Neste item será apresentada, inicialmente, uma abordagem sobre os critérios para a seleção de municípios, do Estado do Paraná, onde poderiam ser implantados Cursos de Técnicos e de Auxiliar de Enfermagem. A seguir, tentar-se-á demonstrar quais as localidades do Estado em referência que estariam capacitadas para a implantação desses cursos, a curto e médio prazos.

A formação do pessoal de enfermagem a níveis de técnico e de auxiliar, na maioria das vezes, não pode ser realizada em municípios onde ela é mais necessária, em virtude de eles não apresentarem condições mínimas de formar essas categorias ocupacionais. Isso ocorre com menor freqüência em centros maiores¹⁴.

Para que possa funcionar o ensino de enfermagem como habilitação ou como qualificação no Estado do Paraná, foram adotados, pela autora critérios para a instalação desses cursos¹⁴, com o intuito de garantir a qualidade do produto final dos mesmos e a maior eficiência no atendimento às necessidades de saúde da população a saber:

- MUNICÍPIOS COM MAIS DE 30.000 HABITANTES, devendo merecer prioridade, inicialmente, aqueles considerados pólos de desenvolvimento.

- MUNICÍPIOS COM UM OU MAIS HOSPITAIS QUE, em sua totalidade, TENHAM MAIS DE 100 LEITOS e que apresentem condições mínimas exigidas para o ensino de enfermagem ou que possam vir a apresentar.
(Algumas Exigências para o Funcionamento de Curso de Enfermagem a Qualquer Nível - Anexo 1)

- MUNICÍPIOS QUE, além da população e número de leitos, acima de 100, POSSUAM RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM, ou seja, enfermeiras e técnicos de enfermagem, em número suficiente, para o ensino de enfermagem a nível de 2º grau. DEVEM APRESENTAR, ainda, no mínimo, uma UNIDADE SANITÁRIA.

- MUNICÍPIOS QUE, além dos demais critérios citados anteriormente, POSSUAM ESCOLAS DE 2º GRAU.

4.5.1 - PRIMEIRO CRITÉRIO : municípios com mais de 30.000 habitantes.

TABELA 35

Relação de Municípios do Estado do Paraná com mais de 30.000 habitantes, segundo os Distritos Sanitários - 1975

DISTRITOS SANITÁRIOS (1)	P O P U L A Ç Ã O (2)
D.S. Metropolitano	
1. Curitiba	760.808
2. Campo Largo	43.405
3. São José dos Pinhais	43.170
19 D.S.	
1. Paranaguá	76.748
29 D.S.	
1. Lapa	37.223
39 D.S.	
1. Ponta Grossa	158.262
2. Castro	43.463
3. Ortigueira	44.764
4. Telêmaco Borba	44.833
49 D.S.	
1. Irati	39.485
2. Prudentópolis	36.745
59 D.S.	
1. Guarapuava	134.507
2. Laranjeiras do Sul	47.582

Continua

DISTRITOS SANITÁRIOS (1)	P O P U L A Ç ã O (1)
3. Palmital	35.406
4. Pitanga	77.085
6º D.S.	
1. União da Vitória	33.209
7º D.S.	
1. Pato Branco	40.995
2. Chopinzinho	32.681
3. Dois Vizinhos	44.943
4. São João do Ivaí	52.925
8º D.S.	
1. Francisco Beltrão	44.210
2. Stº Antonio do Sudoeste	35.721
3. Salto do Lontra	37.957
9º D.S.	
1. Foz do Iguaçu	47.696
2. Matelândia	33.938
3. Medianeira	42.962
4. Santa Helena	37.037
5. São Miguel do Iguaçu	34.859
10º D.S.	
1. Cascavel	128.536
2. Céu Azul	32.075
3. Assis Chateaubriand	108.535

Continua

DISTRITOS SANITÁRIOS (1)	P O P U L A Ç Ã O (1)
4. Capitão Leônidas Marques	32.158
5. Catanduvas	35.697
6. Corbélia	54.687
7. Formosa do Oeste	61.114
8. Guaraniaçu	39.528
9. Marechal Cândido Rondon	60.194
10. Nova Aurora	42.124
11. Palotina	59.356
12. Toledo	97.688
119 D.S.	
1. Campo Mourão	107.790
2. Barbosa Ferraz	46.243
3. Campina da Lagoa	48.359
4. Goio-Erê	108.475
5. Engenheiro Beltrão	31.342
6. Mamboré	42.728
7. Ubiratã	49.619
129 D.S.	
1. Umuarama	139.536
2. Guaíra	45.523
3. Terra Roxa do Oeste	52.823
4. Altônia	48.059
5. Cruzeiro do Oeste	46.019
6. Alto Piquiri	45.354
7. Iporã	80.623
8. Maria Helena	46.016
9. Pérola	30.102

Continua

DISTRITOS SANITÁRIOS (1)	P O P U L A Ç Ã O (1)
139 D.S.	
1. Cianorte	64.533
149 D.S.	
1. Paranavaí	62.759
159 D.S.	
1. Maringá	137.810
2. Marialva	39.806
3. Nova Esperança	31.688
169 D.S.	
1. Apucarana	81.985
2. Arapongas	58.633
3. Faxinal	37.583
4. Grandes Rios	44.516
5. Ivaiporã	78.110
6. Jardim Alegre	38.654
7. Mandaguari	33.140
179 D.S.	
1. Londrina	261.608
2. Cambé	40.668
3. Ibiporã	31.007
4. Rolândia	54.763
189 D.S.	
1. Cornélio Procópio	51.782

Conclusão	
DISTRITO SANITÁRIO (1)	P O P U L A Ç Ã O (1)
2. Assaí	32.004
3. Bandeirantes	40.780
199 D.S.	
1. Jacarezinho	42.875
2. Ibaiti	35.133
3. Stº Antonio da Platina	43.162

Fonte: (1) e (2) - Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná (Grupo de Planejamento Setorial)- 1978 (dados de 1975)

Segundo o critério: municípios com mais de 30.000 habitantes, observa-se que, em 1975, dos 288 municípios existentes no Estado do Paraná, apenas 78 contam com população acima de 30.000 habitantes. (Tabela 35)

4.5.2 - SEGUNDO CRITÉRIO : municípios com um ou mais hospitais que, em sua totalidade, tenham mais de 100 leitos.

TABELA 36

Relação de Municípios do Estado do Paraná que apresentam um ou mais hospitais com mais de 100 leitos - 1975

DISTRITO SANITÁRIO	Nº DE HOSPITAIS	L E I T O S	
		Nº	Razão/ 1.000 hab.
D.S. Metropolitano			
1. Curitiba	46	6.229	8,2

Continua

DISTRITO SANITÁRIO	Nº DE HOSPITAIS	L E I T O S	
		Nº	Razão / 1.000 hab.
2. Campo Largo	4	149	3,4
3. São José dos Pinhais	4	815	18,9
1º D.S.			
1. Paranaguá	4	152	2,0
2º D.S.			
1. Lapa	3	472	12,7
3º D.S.			
1. Ponta Grossa	10	1.328	8,4
2. Castro	2	122	2,8
3. Telêmaco Borba	2	293	6,5
4º D.S.			
1. Irati	1	126	3,2
2. Prudentópolis	2	120	3,3
5º D.S.			
1. Guarapuava	6	797	5,9
2. Laranjeiras do Sul	3	193	4,1
3. Pitanga	1	100	1,3
6º D.S.			
1. União da Vitória	3	181	5,4

Continua

DISTRITO SANITÁRIO	Nº DE HOSPITAIS	L E I T O S	
		Nº	Razão/ 1.000 hab.
7º D.S.			
1. Pato Branco	3	296	7,2
2. São João do Ivai	4	139	2,6
8º D.S.			
1. Francisco Beltrão	4	174	4,0
2. Stº Antonio do Sudoeste	3	102	2,9
3. Salto do Lontra	3	107	2,8
9º D.S.			
1. Foz do Iguaçu	3	360	7,6
2. Medianeira	4	142	3,3
10º D.S.			
1. Cascavel	12	610	4,7
2. Assis Chateaubriand	5	274	2,5
3. Marechal Cândido Rondon	9	376	6,2
4. Palotina	2	139	2,3
5. Toledo	2	258	2,6
11º D.S.			
1. Campo Mourão	10	372	3,5
2. Campina da Lagoa	6	107	2,2
3. Goio-Erê	5	226	2,1
4. Ubatã	4	134	2,7

Continua

DISTRITO SANITÁRIO	Nº DE HOSPITAIS	L E I T O S	
		Nº	Razão / 1.000 hab.
12º D.S.			
1. Umuarama	12	436	3,1
2. Altônia	4	195	4,0
3. Iporã	5	108	1,3
13º D.S.			
1. Cianorte	4	185	2,9
14º D.S.			
1. Paranavaí	9	332	5,3
15º D.S.			
1. Maringá	15	934	6,8
2. Nova Esperança	5	118	3,7
16º D.S.			
1. Apucarana	6	490	6,0
2. Arapongas	2	108	1,8
3. Faxinal	1	100	2,7
4. Ivaiporã	4	138	1,8
5. Mandaguari	5	429	13,0
17º D.S.			
1. Londrina	14	1.309	5,0
2. Ibiporã	2	116	3,7
3. Rolândia	6	319	5,8

DISTRITO SANITÁRIO	Nº DE HOSPITAIS	Conclusão	
		L E I T O S	
		Nº	Razão / 1.000 hab.
18º D.S.			
1. Cornélio Procópio	4	306	5,9
2. Bandeirantes	1	150	3,7
19º D.S.			
1. Jacarezinho	1	113	2,6
2. Stº Antonio da Platina	1	130	3,0

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná (Grupo de Planejamento Setorial) - 1978 (dados de 1975)

Conforme já citado no item 4.5.1 o Estado do Paraná possui 288 municípios. Destes, 228 possuem hospitais⁴⁸.

De acordo com o critério: municípios com um ou mais hospitais que, em sua totalidade, tenham mais de 100 leitos, verifica-se que apenas 49 municípios se enquadram neste critério. (Tabela 36)

4.5.3 - TERCEIRO CRITÉRIO : municípios que, além da população e número de leitos exigidos, possuam no mínimo uma(1) Unidade Sanitária e Recursos Humanos de Enfermagem, ou seja, uma ou mais enfermeiras, ou ainda técnico de enfermagem (elemento que poderá ser habilitado para participar na formação do pessoal auxiliar). - TABELA 37

TABELA 37

Relação de Municípios do Estado do Paraná, que apresentam população superior a 30.000 habitantes, hospitais que, em sua totalidade, possuam mais de 100 leitos, uma ou mais Unidades Sanitárias e recursos humanos de enfermagem - 1975

(1) DISTRITO SANITÁRIO	(2) POPU- LAÇÃO	(3) HOSPI- TAIS	(4) LEITOS	(5) UNIDADE SANIT.	RECURSOS HUMANOS (6) DE ENFERMAGEM	
					Enfermeiras	Técnico de Enfer.
D.S. METROPO- LITANO						
1. Curitiba	760.808	46	6.229	15	128	47
2. São José dos Pinhais	43.170	4	815	1	2	-
19 D.S.						
1. Paranaguá	76.748	4	152	1	2	2
39 D.S.						
1. Ponta Grossa	158.262	10	1.328	2	11	1
49 D.S.						
1. Irati	39.485	1	126	4	2	-
59 D.S.						
1. Guarapuava	134.507	6	797	7	1	4
2. Pitanga	77.085	1	100	1	1	1
99 D.S.						
1. Foz do Iguaçu	47.696	3	360	2	5	1

Conclusão						
(1) DISTRITO SANITÁRIO	(2) POPU- LAÇÃO	(3) HOSPI- TAIS	(4) LEITOS	(5) UNIDADE SANIT.	RECURSOS HUMANOS (6) DE ENFERMAGEM	
					Enfermeiras	Técnico de Enfer.
10º D.S.						
1. Cascavel	128.536	12	610	3	4	-
2. Toledo	97.688	2	258	5	2	-
11º D.S.						
1. Campo Mourão	107.790	10	372	1	1	-
13º D.S.						
1. Cianorte	64.533	4	185	1	1	-
14º D.S.						
1. Paranavai	62.759	9	332	1	1	1
15º D.S.						
1. Maringá	137.810	15	934	1	5	1
16º D.S.						
1. Apucarana	81.985	6	490	7	2	-
17º D.S.						
1. Londrina	261.608	14	1.309	6	29	5
18º D.S.						
1. Cornélio Procópio	51.782	4	306	3	1	-
19º D.S.						
1. Jacarezinho	42.875	1	113	3	5	-

Fonte: (1), (2), (3), (4) e (5) - Grupo de Planejamento Setorial da SESB/PR - 1978 (dados de 1975). (6) SESB/PR; - INAMPS/PR e COREN/PR - 1978 (dados de 1977).

4.5.4 - QUARTO CRITÉRIO : municípios que, além de preencherem os critérios anteriores, possuam Escolas de Ensino de 2º Grau.

TABELA 38

Relação de Municípios do Estado do Paraná, que apresentam população superior a 30.000 habitantes, hospitais que em sua totalidade, possuam mais de 100 leitos, uma ou mais Unidades Sanitárias, uma ou mais enfermeiras, técnicos de enfermagem e uma ou mais escolas de ensino de 2º grau - 1975

(1) DISTRITO SANITÁRIO	(2) POPULAÇÃO	(3) HOSPITAIS	(4) LEITOS	(5) UNID. SANIT.	RECURSOS HUMANOS DE ENFERMAGEM (6)		(7) ESCOLAS DE 2º GRAU
					Enfermeiras	Técnico de Enfer.	
D.S.METROPOL							
1. Curitiba	760.808	46	6.229	15	128	47	61
2. São José dos Pinhais	43.170	4	815	1	2	-	2
1º D.S.							
1. Paranaguá	76.748	4	152	1	2	2	5
3º D.S.							
1. Ponta Grossa	158.262	10	1.328	2	11	1	8
4º D.S.							
1. Irati	39.485	1	126	4	2	-	3
5º D.S.							
1. Guarapuava	134.507	6	797	7	1	4	4
2. Pitanga	77.085	1	100	1	1	1	2

Conclusão

(1) DISTRITO SANITÁRIO	(2) POPU- LAÇÃO	(3) HOSPI- TAIS	(4) LEITOS	(5) UNID. SANIT.	RECURSOS HUMANA- (6) NOS DE ENFERMAGEM		(7) ESCOLAS DE 2º GRAU
					Enfer- meiras	Técnico de Enfer.	
9º D.S.							
1. Foz do Iguaçu	47.696	3	360	2	5	1	3
10º D.S.							
1. Cascavel	128.536	12	610	3	4	-	4
2. Toledo	97.688	2	258	5	2	-	1
11º D.S.							
1. Campo Mourão	107.790	10	372	1	1	-	2
13º D.S.							
1. Cianorte	64.533	4	185	1	1	-	2
14º D.S.							
1. Paranavaí	62.759	9	332	1	1	1	2
15º D.S.							
1. Maringá	137.810	15	934	1	5	1	8
16º D.S.							
1. Apucarana	81.985	6	490	7	2	0	4
17º D.S.							
1. Londrina	261.608	14	1.309	6	30	5	13
18º D.S.							
1. Cornélio Procópio	51.782	4	306	3	1	-	4
19º D.S.							
1. Jacarezinho	42.875	1	113	3	5	-	3

Fonte: (1), (2), (3), (4) e (5) - Grupo de Planejamento Setorial da SESB/PR 1978 (dados de 1975). (6) SESB/PR - INAMPS/PR e COREN/PR - 1978 (dados de 1977) (7) Secretaria de Estado da Educação e da Cultura/PR. - 1978 (dados de 1977)

Verifica-se, nas TABELAS 37 e 38 que apenas 18 municípios, do Estado do Paraná, apresentam integralmente os critérios considerados essenciais à implantação de Cursos de Técnico e de Auxiliar de Enfermagem.

Pelos resultados obtidos, relativos aos critérios, observa-se que:

- dos 288 municípios existentes 78 contam com população acima de 30.000 habitantes. (TABELA 35)
- dos 78 municípios, com população acima de 30.000 habitantes, 49 possuem um ou mais hospitais que, em sua totalidade, apresentam mais de 100 leitos. (TABELA 36)
- dos 49 municípios que possuem um ou mais hospitais, contando, em sua totalidade, com mais de 100 leitos, apenas 18 apresentam, além desse critério, uma ou mais Unidades Sanitárias, recursos humanos de enfermagem (uma ou mais enfermeiras, além de técnicos de enfermagem) e, uma ou mais escolas de ensino de 2º grau. (TABELAS 37 e 38)

Segundo o Conselho Estadual de Educação/RS¹⁴, para o funcionamento da habilitação de enfermagem, ao nível de 2º grau, devem ser consideradas não só as necessidades globais do Estado, mas, principalmente, aquelas dentro do distrito geo-educacional em que se localizam os cursos solicitados.

Esses cursos devem ser implantados, onde existem condições mais favoráveis, tais como: uma infra-estrutura capaz de suportar as necessidades de recursos físicos e humanos indispensáveis à instalação dos mesmos. Devem ser localizados em centros maiores, onde apresentem as condições mínimas para um

bom nível de funcionamento dos cursos de técnico e de auxiliar de enfermagem.

Ainda, segundo o CEE/RS¹⁴, os fatores educacionais, e conômicos e sociais devem ser levados em conta na instalação desses cursos.

Partindo dessas fundamentações, acredita-se que os critérios adotados, no presente trabalho, para a instalação de cursos de técnico e de auxiliar de enfermagem no Estado do Paraná, estão de certa forma, de acordo com o estudo já efetuado no Estado do Rio Grande do Sul, em 1974, cujos resultados vem possibilitando tomadas de medidas à implantação desses cursos no Estado em referência.

4.6 - INDICAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM NO ESTADO DO PARANÁ, A CURTO E MÉDIO PRAZOS

Do estudo geral efetuado sobre os 288 municípios do Estado do Paraná, distribuídos em um(1) Distrito Sanitário Metropolitano e em dezenove (19) Distritos Sanitários, destacou-se, numa primeira etapa, municípios com mais de 30.000 habitantes, para uma possível implantação de Cursos Técnicos e de Auxiliares de Enfermagem.

Posteriormente, foram selecionados, da lista acima, municípios que possuíam no mínimo uma Unidade Sanitária e um ou mais hospitais, contando, em sua totalidade, com mais de 100 leitos, número esse considerado como o mínimo indispensável para oferecer experiências à prática profissional de Enferma-

gem^{14,50}. Finalmente, na etapa seguinte, considerou-se o número de profissionais de enfermagem, bem como o número de escolas de 2º grau. Da listagem precedente, foram indicados municípios onde existe a possibilidade de implantação, a curto e médio prazos, de cursos Técnicos e de Auxiliares de Enfermagem.

Justifica-se a indicação de alguns municípios no Estado do Paraná, além dos critérios adotados para a sua seleção, as projeções de necessidades de formação de técnicos e de auxiliares de enfermagem, para os serviços hospitalares, para-hospitalares e de saúde pública, em 1980, conforme constam das TABELAS 32 e 33.

4.6.1 - PARA A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Os estudos demonstram que a implantação de Cursos Técnicos deverá ser feita em duas fases: a curto e médio prazos.

a) A Curto Prazo (dois a três anos)

Observa-se, pela Tabela 38, que apenas dois municípios apresentam as condições básicas, para a implantação desse Curso:

- Curitiba
- Londrina

Além desses, o município de Ponta Grossa estaria apto, desde que fossem aumentados seus recursos humanos de enfermagem, ou seja, enfermeiras licenciadas.

Tendo em vista que Curitiba possui, apenas, dois cursos técnicos de enfermagem e que as necessidades dessa localidade são bem maiores, por contar com maior população, número de hospitais e de leitos, além de maior número e diversificação de serviços de saúde, a absorção desse pessoal, provavelmente, seria imediata. Portanto, a prioridade para a implantação desse Curso seria em primeiro lugar em Curitiba e não em Londrina, que já conta com quatro cursos e cuja população é quatro vezes menor, com recursos assistenciais em número inferior.

b) A Médio Prazo (quatro a cinco anos)

Em Foz do Iguaçu, Maringá e Cascavel poderia ser implantada essa modalidade de curso, desde que satisfizessem o número de recursos humanos de enfermagem necessário ao ensino teórico-prático.

Nos demais municípios, considera-se indicada a realização de estudos mais detalhados quanto à situação da população, de hospitais, de leitos e de recursos humanos de enfermagem, necessários tanto para o ensino teórico, como para a prática profissional.

Em Maringá, seria de suma importância que fosse implantado curso desse nível, uma vez que possui os requisitos básicos, como hospitais, leitos, unidades sanitárias e recursos humanos em número suficiente. A formação desse elemento ocupacional iria, provavelmente, melhorar a assistência de enfermagem nos hospitais, já que essa localidade possui apenas um curso de auxiliar de enfermagem.

4.6.2 - PARA A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM

As exigências para a instalação de um Curso de Auxiliar de Enfermagem são menores, quanto aos recursos físicos e equipamentos requeridos, já que o mesmo apresenta uma carga horária teórica bem inferior ao do Técnico de Enfermagem. Portanto, mais municípios teriam condições para a sua implantação, desde que contassem com maior número de enfermeiras, ou seja, enfermeiras licenciadas para o ensino e de técnicos de enfermagem, que poderiam vir a auxiliar como monitores durante o desenvolvimento do curso.

Ocorrendo essa situação, os seguintes municípios apresentariam as condições necessárias à implantação desses Cursos:

a) A Curto Prazo (dois a três anos)

Pelos critérios mínimos estabelecidos, estariam habilitados os seguintes municípios:

- Maringá
- Ponta Grossa
- Londrina
- Curitiba
- Cascavel
- Apucarana
- Foz do Iguaçu
- Jacarezinho

Entretanto, convém salientar que a formação do Auxí-

liar de Enfermagem nesses municípios poderia ser em regime intensivo, na função de qualificação e dirigida, para uma faixa etária, de preferência, acima de 18 anos.

Sendo por via regular, a idade mínima aconselhada é de 16 anos completos⁴⁵.

Com essa modalidade de formação, provavelmente, haverá evasão reduzida, formação rápida e utilização imediata pelo mercado de trabalho.

b) A Médio Prazo (quatro a cinco anos)

Poderia ser nos seguintes municípios:

- Paranaguá
- São José dos Pinhais
- Cornélio Procópio
- Guarapuava
- Irati
- Toledo
- Campo Mourão
- Paranavaí
- Pitanga
- Cianorte

Entretanto, sua implantação estaria na dependência de haver, nessas localidades, recursos humanos de enfermagem, de, no mínimo, três enfermeiras licenciadas.

De preferência, a formação deverá ser realizada, tam bém, pelo sistema supletivo, na função de qualificação.

De acordo com a Indicação nº 25/74, do Conselho Es-

tadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul¹⁴, referente ao estabelecimento de Diretrizes Gerais para o Planejamento de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, observa-se que, dos 229 municípios considerados, no referido estudo:

"O Conselho Estadual de Educação decidiu pela implantação da habilitação de técnico de enfermagem nas cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre. Como critério inicial o Conselho Estadual de Educação autorizou essa habilitação nas cidades em que há faculdades de medicina (Parecer 18/73). Isso corresponde, evidentemente, a implantar a habilitação nos maiores centros. Mas é preciso incrementar o processo, através de incentivos segundo as regiões indicadas".¹⁴,^m (o grifo é nosso)

Ainda, segundo o CEE/RS:

"Não apenas nessas cidades desenvolver-se-á o ensino de enfermagem: dentro do planejamento numérico para cada região ele será instalado onde se apresentarem condições suficientes".^{14,m}

Quanto à formação de auxiliares de enfermagem, segundo a Indicação nº 25, do CEE/RS¹⁴, já existe um bom número de escolas no Rio Grande do Sul e, com um incremento anual do número de matrículas, poder-se-ia atingir a meta estabelecida em 1980, para o Estado em referência.

No Estado do Rio Grande do Sul existia em 1972: 2.480 auxiliares de enfermagem e nenhum técnico de enfermagem. A projeção de necessidades estimada para 1980 é da ordem de 7.651 técnicos de enfermagem e 3.825 auxiliares de enfermagem.

m) CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, RS. Indicação nº 25/74 - Indica orientação a ser adotada na formação de técnicos de enfermagem. Documentário, Porto Alegre, (25):355, mar./maio 1974.

Comparando, o presente estudo, com o efetuado no Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se uma certa semelhança, quanto ao número limitado de localidades que apresentam as condições mínimas à implantação do Curso Técnico de Enfermagem. Por outro lado, verifica-se que as projeções de necessidades de formação de técnico no Estado do Paraná, para 1980, são menores que as projetadas para o Estado do Rio Grande do Sul, conforme se constata pelas TABELAS 32 e 33.

Deve-se ressaltar, no entanto, que no Estado do Paraná, a formação de técnicos de enfermagem, teve início, a partir de 1966, e, que em 1969 já possuía, em seu mercado de trabalho, esse elemento ocupacional.

Quanto às projeções de necessidades de formação de auxiliares de enfermagem, para 1980, constata-se que no Estado do Paraná são bem superiores daquelas previstas para o Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, de ordem de 19.423 auxiliares de enfermagem, para a assistência hospitalar, para-hospitalar e de saúde pública. (TABELAS 32 e 33)

Deve-se, no entanto, considerar que no Rio Grande do Sul, em 1972, já existia um número superior de auxiliares de enfermagem ao do Paraná em 1974, ou seja, 2.480(RS) e 1.177(PR).

Acredita-se que, além da necessidade de serem implantados novos cursos nos 18 municípios selecionados no Estado do Paraná, poderiam as escolas já existentes estudar uma forma de incentivar os jovens à realização de cursos profissionalizantes, aumentando, portanto, a sua demanda, com vistas a atingir, em parte, as metas de recursos humanos de enfermagem, previstas para 1980.

5. CONCLUSÕES

Dos estudos realizados a nível de ETECLA e a nível de Estado, pode-se concluir que:

- O índice de matrícula nos cursos Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem tem aumentado nos últimos anos e o índice de evasão está decrescendo sensivelmente. Estes factos poderiam ser atribuídos à divulgação da ETECLA, através de seus ex-alunos e às atividades extra-classe, desenvolvidas por essa Escola.

- O índice de alunos concluintes, para ambos os cursos, tem aumentado nos últimos anos atingindo em 1977, mais de 90%. Quanto ao índice de alunos repetentes, pode-se dizer que o mesmo é inexpressivo.

- A relação docente/aluno na ETECLA apresenta-se aquém da proporção recomendada, fator que encarece o custo/aluno/ano.

- O regime de trabalho das docentes-enfermeiras, para ambos os cursos, oscila entre 12 a 40 horas semanais. Essa distribuição pode ser, provavelmente, uma estratégia da ETECLA, para equilibrar o custo/aluno/ano, sem prejuízo da qualidade do ensino.

- O corpo docente da ETECLA possui um nível de qualificação satisfatório, uma vez que, a sua maioria, está constituído de enfermeiras licenciadas, com cursos a nível de especialização.

- O maior índice de fixação dos egressos de Cursos de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem se dá em hospitais, ou seja, 67,6% e 60,4%, respectivamente. Esse fato é devido, provavelmente, ao tipo de formação recebida e, em parte, aos hospitais que absorvem maior contingente desses elementos ocupacionais.

- O índice de fixação dos egressos, de ambos os cursos, no Estado do Paraná é um dos mais elevados, ou seja, 67,6% para os técnicos de enfermagem e 72,9% para os auxiliares de enfermagem.

- A nova sistemática de ensino modular, no sistema supletivo, função qualificação, facilita a formação sem prejuízo para o aluno, pois no final de cada período, ele obtém Certificado do módulo correspondente, possibilitando sua absorção imediata no mercado de trabalho. Por outro lado, o egresso pode matricular-se no módulo seguinte, proporcionando, desta forma, o acesso vertical na escala ocupacional.

- Existe uma escassez acentuada de recursos humanos de enfermagem em todas as categorias funcionais, tanto para os serviços hospitalares, como para-hospitalares e de saúde pública.

- A projeção numérica desses recursos humanos para 1980 demonstra uma necessidade acentuada de pessoal a ser formado até essa data, o que merece atenção especial dos setores de educação e de saúde.

- O Paraná conta atualmente com um número bastante significativo de escolas e/ou cursos de enfermagem a nível de 2º grau. Entretanto, a produção desse aparelho formador está aquém da possibilidade de atender o número de recursos humanos de enfermagem de nível médio, de acordo com os padrões estabelecidos pela OPS/OMS.

- Segundo os critérios estabelecidos, dos 288 municípios existentes no Estado do Paraná, apenas 18 apresentam todos os requisitos essenciais à implantação de Cursos Técnicos e de Auxiliares de Enfermagem.

- Dos 18 municípios selecionados, somente seis oferecem as condições requeridas para a criação de Cursos Técnicos de Enfermagem, sendo três a curto prazo e três a médio prazo. Para o Curso de Auxiliar de Enfermagem, observa-se que todas as localidades poderiam comportar essa modalidade de curso, ou seja, oito a curto prazo e dez a médio prazo, desde que contem com profissionais de enfermagem, tanto para o ensino teórico, como para a prática nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALCÂNTARA, G. de. O pessoal de enfermagem necessário em face da realidade sócio-econômica do Brasil. Ribeirão Preto |s.ed.| 1969.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil, 1957-58. São Paulo, 1958.
3. BOLETIM |DA| ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. São Paulo, jan. 1974.
4. BRAGA, Ernani. Educação e treinamento de pessoal para as atividades de saúde. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SOBRE RECURSOS HUMANOS PARA AS ATIVIDADES DE SAÚDE, 4., Rio de Janeiro, 30 de agosto a 4 de setembro de 1967. Rio de Janeiro, 1967. p.1-9.
5. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, PR. Deliberação nº 27/72 - fixa normas para autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus e sua fiscalização oficial. Critéria, Curitiba, (14):213-39, jan./jun. 1972.
6. ————. Parecer nº 93/68. Critéria, Curitiba, (8):161, jul./dez. 1968.
7. ————. Parecer nº 18/73, de 15 de mar. de 1973. Cri-

- téria, Curitiba, (16):97, jan./jun. 1973.
8. ————. Parecer nº 36/74 e Deliberação nº 30, de 08 de maio de 1974. Critéria, Curitiba, (18):257-400, jan./jun. 1974.
 9. ————. Parecer nº 76/75, de 11.04.75. Critéria, Curitiba, (20):177, jan./jun. 1975.
 10. ————. Parecer nº 191/75, de 21.11.75. Critéria, Curitiba, (21):120, ago./dez. 1975.
 11. ————. Parecer nº 70/78, de 15.02.78. (Não publica
do)
 12. ————. Parecer nº 120/78, de 03.03.78. (Não publi-
cado)
 13. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, PR. Resolução nº 05/66. Cri-
téria, Curitiba, (3):67-70, jan./jun. 1966.
 14. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, RS. Indicação nº 25/74 -
Indica orientação a ser adotada na formação de técnicos
de enfermagem. Documentário, Porto Alegre, (25):345-58,
mar./maio 1974.
 15. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 163/72, aprovado
em 28.01.72 : Currículo mínimo dos Cursos de Graduação
de Enfermagem e Obstetrícia. Brasília, 1972.
 16. ————. Parecer nº 2.713/74: nível de formação do au-
xiliar de enfermagem, após promulgação da Lei 5.692/71.
Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 27(4):532-48,
out./dez. de 1974.
 17. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Comissão de Educação de 1º e
2º graus. Parecer nº 1.446/77; validade de curso de 2º

- grau em currículos fixados pelo Parecer nº 45/72 e posteriormente modificados. Documenta, Brasília, (199):26-8, 1977.
18. EQUIVALÊNCIA de diversos cursos de auxiliar de enfermagem; Conselho Federal de Educação, Resolução nº 07/77 e Resolução nº 08/77. Ensino Supletivo, Brasília, 4(11):27-31, 1977.
19. FUNDAÇÃO IBGE. Departamento de Censos. Censo Demográfico: Brasil. Rio de Janeiro, 1970. (VIII Recenseamento Geral - 1970, Série Nacional, v.1)
20. FURTADO, Jucundino da Silva. Organização e autorização para funcionamento de curso experimental de técnico de enfermagem; Parecer 41/66. Critéria, Curitiba, (3):70-7, jan./jun.1966.
21. INDICADORES de Educação. Indicadores Sociais RS, Porto Alegre, 3(3):85-105, 1975.
22. INDICES econômicos nacionais e regionais. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 31(4):93, abril 1977.
23. ————. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 32(6): 148, jan. 1978. .
24. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde. Bases para uma efetiva política de desenvolvimento : educação de recursos humanos e atual mão-de-obra no setor saúde. Rio de Janeiro, 1973.
25. INSTITUTO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO. Departamento de Recursos Humanos para a Saúde. Breve análise de mão-de-obra do setor saúde organizado. Rio de Janeiro, 1970.

26. MARTINS, Nara Bevilacqua & LOURENÇO, Vera Regina. Recursos humanos para o setor saúde no Estado do Paraná. Rio de Janeiro, DRHUS do Instituto Presidente Castello Branco da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, 1974. (Trabalho apresentado no encerramento do estágio realizado no DRHUS, de 02.01.74 a 22.02.74)

27. MEDEIROS, N.R.D. Relatório da Comissão de Documentação e Estudos 1974/75. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 28(3):85-109, jul./set. 1975.

28. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria nº 900/76. Documenta, Brasília, (194):447, 1976.

29. ————. Portaria nº 106/65. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 19(5/6):699-700, out./dez. 1966.

30. ————. Parecer nº 3.814, de 12.11.1976. Documenta, Brasília, (192):17, 1976.

31. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Coordenação de Legislação e Normas de Ensino. Departamento de Ensino Supletivo. Parecer nº 15/77. (Não publicado)

32. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Ensino Médio & Departamento de Ensino Fundamental. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau; diretrizes, normas e legislação: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional (publicada no D.O.U., nº 278, de 27.12.1961). Brasília, Expressão e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 31-42.

33. ————. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau; diretrizes, normas e legislação: Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que fixa diretrizes e bases para o ensino

de 1º e 2º graus. Brasília, Expressão e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972. p.13-30.

34. ————. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau; diretrizes, normas e legislação: Resolução 853/71 do Conselho Federal de Educação que fixa o núcleo comum para os currículos de ensino de 1º e 2º graus. Brasília, Expressão e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 71-4.
35. ————. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau; diretrizes, normas e legislação: Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação que fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º grau. Brasília, Expressão e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 75-103.
36. ————. Habilitações profissionais no ensino de 2º grau; diretrizes, normas e legislação: Resolução nº 02 de 27 de jan. de 1972. Brasília, Expressão e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1972.
37. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Ensino Médio. Apropriação de custos do ensino a nível de 2º grau. Natal, 1974. (Trabalho apresentado no VI Encontro de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, realizado em Natal, de 11 a 15 de fevereiro de 1974).
38. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Ensino Supletivo. Legislação do ensino supletivo: Parecer nº 699/72. Brasília, 1974. p.19-44

39. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para curso intensivo de auxiliar de enfermagem. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, 1970.
40. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Divisão Nacional de Organização Sanitária. Setor de Enfermagem. Guia para curso supletivo de auxiliar de enfermagem. Rio de Janeiro, 1975.
41. ————. Relatório de avaliação do projeto "Formação de Auxiliar de Enfermagem". Rio de Janeiro, 1974.
42. OGUISSO, Taka. Considerações sobre a legislação do ensino e do exercício do técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 30(2):168-77, abr./jun. 1977.
43. OPS/OMS. Plan decenal de salud para las Américas; informe final de la III Reunión Especial de Ministros de Salud de las Américas. Washington, 1973. (Documento Oficial, 118)
44. PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura. Portaria nº 1.301, de 21.03.66. Crítéria. Curitiba, (3):5-6, jan./jun. 1966.
45. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Proposição das diretrizes curriculares para cursos de auxiliar de enfermagem e técnico de enfermagem. Curitiba, 1978.
46. RELATÓRIO da Comissão de Atividades Científicas e Documentação da ABEn. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 30(4): 386-403, out./dez. 1977.
47. SANTA CATARINA. Secretaria da Saúde e Promoção Social. Recursos Humanos. Florianópolis, 1974.
48. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARANÁ. Cadastro Hospitalar do Estado do Paraná. Curitiba,

tiba, 1975.

49. TOBELEM, Alain. Manual de estudos do custo e da qualidade da educação. Brasília, Projeto de Planejamento de Recursos Humanos das Nações Unidas, 1975. (BRA/70/550, Relatório Técnico, 13)
50. TURKIEWICZ, Maria et alii. Área Terciária de 2º grau. Curitiba, Comissão Estadual de Currículo do Conselho Estadual de Educação, 1973.
51. TURKIEWCZ, Maria. Experiência de planejamento e execução do Curso Técnico de Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Rio de Janeiro, 21(6):501-16, dez. 1969.
52. TURKIEWCZ, Maria & ALMEIDA, Joshie Hayashi de. Uma Experiência de curso de auxiliar de enfermagem em Curitiba. Revista Brasileira de Enfermagem. Rio de Janeiro, 22(1): 34-40, jan./jun. 1970.

ANEXO - 1

ALGUMAS EXIGÊNCIAS PARA O FUNCIONAMENTO DE CURSO DE ENFERMAGEM A QUALQUER NÍVEL

1. DA DIREÇÃO DA ESCOLA OU COORDENAÇÃO DE CURSO

1.1 - A direção da Escola ou a coordenação de Curso de Enfermagem deverá ser exercido por enfermeiro diplomado, de acordo com a legislação que rege o ensino e o exercício da enfermagem no Território Nacional.

1.1.1 - Decreto 27.426 de 14 de novembro de 1949, que regulamenta a Lei 775 previa no Artigo 44º: "O Diretor do Curso de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem será, obrigatoriamente, diplomado em Enfermagem, de preferência portador de diploma de Curso de Especialização."

1.1.2 - Lei 2.604 de 17 de setembro de 1955, que dis-

Fontes: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, RS. Indicação nº 25/74 - Indica orientação a ser adotada na formação de técnicos de enfermagem. Documentário, Porto Alegre, (25):345-58, mar./maio 1974.

TURKIEWCZ, Maria et alii. Área Terciária de 2º grau. Curitiba, Comissão Estadual de Currículo do Conselho Estadual de Educação, 1973.

põe sobre o exercício de Enfermagem e suas funções auxiliares no Território Nacional: "Artigo 3º: São atribuições dos enfermeiros, além do exercício de enfermagem: a) direção dos Serviços de enfermagem nos estabelecimentos hospitalares e de Saúde Pública de acordo com o Artigo 21 da Lei 775, de 06 de agosto de 1949; b) participação do ensino em escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem; c) direção da escola de enfermagem e de auxiliar de enfermagem; d) participação nas bancas examinadoras de práticos de enfermagem."

1.1.3 - Decreto Federal 50.387 de 28 de março de 1961, que regulamenta o EXERCÍCIO DE ENFERMAGEM E SUAS FUNÇÕES AUXILIARES NO TERRITÓRIO NACIONAL: "Artigo 9º, letra c, com a mesma redação da letra c, artigo 3º, Lei 2.604, explicitada no item 1.1.2".

1.1.4 - Resolução 05 de 04 de março de 1966, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que organiza e Autoriza o funcionamento de Curso Experimental de Técnico de Enfermagem no Paraná. Artigo 9º - "A direção da escola Técnica de Enfermagem deverá ser exercida por enfermeiro diplomado, nos termos do artigo 9º, letra c, do Decreto Federal nº 50.387 de 1961."

1.1.5 - "Defender a prerrogativa do enfermeiro de ministrar o ensino teórico e prático das disciplinas profissionais e de dirigir Cursos de

enfermagem nos três níveis, de graduação, técnico e de auxiliar de enfermagem" - Política da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN)- 1971.

2. DO ENSINO DAS DISCIPLINAS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

2.1 - As disciplinas profissionais de enfermagem devem ser lecionadas por enfermeiros diplomados.

2.1.1 - O Decreto 27.426 de 14 de novembro de 1949, previa no artigo 20, item 2: "O ensino ministrado por professores, inspetores e enfermeiros-chefes dos hospitais ou serviços em que se faz estágio, desde que sejam diplomados em enfermagem, quando se tratar das disciplinas de enfermagem".

Artigo 29: "O ensino de enfermagem auxiliar somente poderá ser ministrado por enfermeiro; será feito por contrato, nas escolas fiscalizadas, conforme a lei, nas oficiais".

2.1.2 - Lei 2.604 de 17.09.1955, Artigo 39, letra b, diz: "São atribuições do enfermeiro, além do exercício de enfermagem, participação do ensino em escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem."

2.1.3 - Decreto 50.387 de 1961, artigo 99, letra b, repete: "Participação do ensino nas Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e treinamento de pessoal em serviço".

2.1.4 - Portaria 106 de 28.04.1965 - MEC, diz no seu artigo 7º: "As disciplinas de cultura geral de verão ser lecionadas por professores legalmente habilitados e as disciplinas específicas por enfermeiros diplomados."

2.1.5 - Resolução 27, de 09 de dezembro de 1965, do Conselho Estadual de Educação do Paraná - Cursos Auxiliares de enfermagem, Artigo 8º: "as disciplinas gerais obrigatórias do 1º ciclo dos cursos de grau médio deverão ser lecionados por professores legalmente habilitados e devidamente registrados, e as disciplinas específicas, por enfermeiros diplomados em curso superior de Enfermagem ou, na falta destes, por outros profissionais legalmente habilitados."

2.1.6 - Resolução 05, de 04 de março de 1966 - CEE/PR, Artigo 8º: "As disciplinas obrigatórias e complementares e práticas educativas deverão ser lecionadas por professores legalmente habilitados e devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura, e as disciplinas específicas, por enfermeiros diplomados em curso superior de enfermagem."

3. DO ENSINO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

3.1 - A prática profissional, até então, chamada estágio obrigatório deverá estar a cargo do enfermeiro ou su-

pervisora.

3.1.1 - O Decreto 27.426, no seu artigo 20, item 2, referido no 2.1.1, previa essa exigência.

3.1.2 - Resolução 27, de 09 de dezembro de 1965, do CEE/PR, Artigo 8º, parágrafo único: "Os estágios obrigatórios deverão ser supervisionados por professor enfermeiro."

3.1.3 - Resolução 05, de 04 de março de 1966 do CEE/PR, Artigo 8º, parágrafo único: "Os estágios obrigatórios deverão ser supervisionados por professor enfermeiro e realizados em unidades de enfermagem de hospital e em unidades sanitárias."

4. DA OBRIGATORIEDADE E ENSINO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

4.1 - A prática profissional, até então chamada de estágio obrigatório, deverá ser ensinada por enfermeiro.

4.1.1 - O Decreto 27.427, no artigo 24º, previa: "Além de comparecimento às aulas teóricas dessas disciplinas, os alunos serão obrigados a estágios em hospitais gerais, sob forma de rodízio. Artigo 26º, Parágrafo Único: O aluno que não houver completado os estágios regulamentares será obrigado a compensá-los, para que possa receber o certificado."

5. DA PROPORÇÃO NUMÉRICA PROFESSOR / ENFERMEIRO /ALUNO

- 5.1 - A relação numérica professor/enfermeiro-aluno é de um para 10 a 12 alunos no máximo, por se tratar de ensino individualizado e cujo material didático principal é "vidas humanas".

6. DOS CAMPOS DE PRÁTICA PROFISSIONAL E ESTÁGIOS

- 6.1 - A prática profissional deverá realizar-se em hospitais, Centros de Saúde, Ambulatórios, Dispensários, Escolas e outros Serviços de Saúde e de desenvolvimento da comunidade, mediante convênios ou acordo entre estes estabelecimentos e o nível de habilitação pretendida, para assegurar a sua utilização permanente e adequada como campos de prática profissional.
- 6.2 - A prática profissional e os estágios exigem uma cuidadosa seleção de clínicas e serviços que servirão de campos de experiências na respectiva especialidade, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos.
- 6.3 - Os hospitais e Centros utilizados como campos de ensino de Enfermagem, devem atender as exigências mínimas explicitadas em "Padrões mínimos para campos de estágio" tais como: convênio da escola com o hospital, centro de saúde, número de pacientes, em cada uma das quatro clínicas básicas, compatível com o número de alunos, variedades de diagnósticos, ser

viço de enfermagem estruturado e dirigido por um enfermeiro, material adequado e suficiente para a execução correta das técnicas e número de alunos, observância da ética profissional médica e de enfermagem necessária ao desenvolvimento do estudante.

7. SERVIÇOS HOSPITALARES EM FUNCIONAMENTO NA REGIÃO

7.1 - Os hospitais devem assegurar a formação dos estudantes nas áreas previstas pela Lei 5.692/71.

7.2 - Estabelecer um convênio ou acordo entre hospitais e o nível de habilitação profissional pretendido, para assegurar a sua utilização permanente e adequada como campos de prática profissional.

7.3 - Que o percentual (%) de ocupação seja em média acima de 60%, para assegurar que o campo de prática profissional seja suficiente para o desenvolvimento de habilidades e destrezas dos estudantes - fatores essenciais para a formação profissional.

7.4 - Ter dotação de equipamento e material adequado e suficiente para a execução correta das técnicas de acordo com o número de alunos e necessidades dos pacientes.

8. UNIDADE SANITÁRIA E OUTRO TIPO DE SERVIÇO AMBULATORIAL PARA A SAÚDE EM FUNCIONAMENTO NA REGIÃO

8.1 - As unidades sanitárias devem assegurar a formação dos

estudantes de forma a permitirem complementar às áreas previstas na Lei 5.692/71.

- 8.2 - Estabelecer um convênio ou acordo entre as Unidades Sanitárias e o nível de habilitação profissional pretendido, para assegurar a sua utilização permanente e adequada como campo de prática profissional.
- 8.3 - Que o movimento de atendimento seja suficiente para assegurar um bom campo de prática profissional, para o desenvolvimento de habilidades e destrezas dos estudantes - fatores essenciais para a formação profissional.
- 8.4 - Ter dotação de equipamento e material adequado e suficiente para a execução correta das técnicas de acordo com o número de alunos e necessidades de clientes.

9. SALAS PARA AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

- 9.1 - Em número suficiente com relação ao número de estudantes.

10. DEPENDÊNCIA PARA ADMINISTRAÇÃO, tais como:

- Direção
 - Secretaria
 - Biblioteca
 - Arquivos
 - Sala de professores
 - Sala de estudo
 - Sala de estar.

11. DO MATERIAL DIDÁTICO MÍNIMO

- A Escola deve possuir material didático mínimo para o ensino de enfermagem ao número proposto de alunos, além de:

- Área Física - Equipamentos

12. DOS CURSOS E CARGAS HORÁRIAS SUGERIDAS

QUALIFICAÇÃO OU HABILITAÇÃO	MÍNIMO DE HORAS	RAZOÁVEL DE HORAS	BOM EM HORAS
Visitadora Sanitária	600	750	900
Instrumentadora Cirúrgica	600	750	900
Auxiliar de enfermagem	1.080	1.200	1.400
Técnico de enfermagem	2.000	2.200	2.400

13. DA INSPEÇÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM

13.1 - A inspeção das escolas e cursos de enfermagem está assim prevista no Decreto nº 50.387 de 28 de março de 1961, Artigo 9: "são atribuições de enfermeiro, além do exercício profissional:

- a) Administração dos serviços de enfermagem nos estabelecimentos hospitalares, para-hospitalares e de Saúde Pública, conforme o Artigo 21 da Lei 775/49.
- b) Participação no ensino, nas escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem e no treinamento de pessoal em serviço.

- c) Direção e Inspeção de Escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem.
- d) Participação nas bancas examinadoras de práticos de enfermagem e de concurso para seleção e provimento de cargos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem."

ANEXO - 2

Mapa do Estado do Paraná: Indicação de Municípios
para a Implantação de Cursos Técnicos e de Auxí-
liares de Enfermagem, a Curto e Médio Prazos.

ANEXO - 3

Modelos de Certificados e/ou Diplomas:

- Diploma de Habilitação Profissional, do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Regular
- Diploma de Habilitação Profissional do Curso Técnico de Enfermagem, no Sistema Supletivo
- Certificado de Habilitação Profissional do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no Sistema Regular
- Certificado de Qualificação Profissional - Auxiliar de Enfermagem, no Sistema Supletivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré

Província Brasileira da Congregação das Irmãs (filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo
Autorizado pelos Pareceres nºs 18/73 e 076/75, do Conselho Estadual de Educação. Decreto nº 343, de 28/04/1975, do
Governo do Estado do Paraná.

ENSINO DE 2.º GRAU

DIPLOMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O Diretor da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré de acordo com os preceitos legais e de conformidade com os graus de aprovação em todas as disciplinas do CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM concluído em...../...../..... por....., filho(a) de..... e de....., nascido(a) em..... de..... de 19....., em....., Estado....., confere-lhe o título de Técnico em Enfermagem com base no artigo 16, da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, para que possa gozar de todos os direitos, regalias e prerrogativas concedidas a este título pelas leis do País.

Curitiba-Paraná,..... de..... de 19.....

.....
DIPLOMADO(A)

.....
SECRETÁRIA

.....
DIRETORA

ESCOLA TÉCNICA DE ENFERMAGEM CATARINA LABOURÉ

PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS (FILHAS) DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

Autorizado pela Resolução nº 2.338/74 da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
do Estado do Paraná e Deliberação nº 030, 74 do Conselho Estadual de Educação.

DIPLOMA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

ENSINO DE 2.º GRAU - SUPLETIVO

O Diretor da **Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré** de acordo com os preceitos legais e de conformidade com os graus de aprovação em todas as disciplinas do CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM concluído em...../...../....., por....., filho(a) de..... e de....., nascido(a) em..... de..... de 19....., em....., Estado....., confere-lhe o título de Técnico de Enfermagem com base na Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 e legislação pertinente, para que possa gozar de todos os direitos, regalias e prerrogativas concedidas a este título pelas leis do País.

Curitiba, Paraná,..... de..... de 19.....

.....
Diplomado(a)

.....
Secretária

.....
Diretora

HABILITAÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM — 2º GRAU Nome do Aluno: CURSO ANTERIOR: CONCLUÍDO EM 19..... NO COM SEDE EM: ESTADO: <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; padding: 2px;">EDUCAÇÃO GERAL</div>							Espaço reservado ao Órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura	Espaço reservado ao Órgão do Ministério da Educação e Cultura
MATERIAS	DISCIPLINAS E ATIVIDADES	N.º DE HORAS		1.ª	2.ª	3.ª		
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	238		19.....	19.....	19.....		
Estudos Sociais	G. Geografia	68						
	História	68						
	O.S.P.B.	34						
Ciências	Matemática	104						
	Física	136						
	Química	136						
	Biologia	136						
TOTAL		1020						
<div style="border: 1px solid black; display: inline-block; padding: 2px;">ARTIGO 7º</div> Educação Moral e Cívica 68 Educação Artística 34 Programas de Saúde 34 Ensino Religioso 102 Educação Física 204 TOTAL 442								
FORMAÇÃO ESPECIAL		T.	Est.					
Fundamentos de Enfermagem	Hist. da Enfermagem e Ética	68	—					
	Fundamentos Filosóficos	68	—					
	Propedêutica da Enfermagem	104	100					
Psicologia R. Humanas	Psicologia das Relações Humanas	68	—					
Organização	Adm. Aplicada à Enfermagem	34	34					
Enfer. Médica	Enfermagem Médica	68	136					
Enfer. Cirúrgica	Enferm. Cirúrgica I, II e III	102	238					
Enfer. Mat. + Infant.	Enfer. Materno Infantil	102	238					
Enfer. Neuro Psiquiátrica	Enfermagem Psiquiátrica	34	34					
TOTAL		1429						
PARTE DIVERSIFICADA		T.	Est.					
Ciências Físicas e Biologia	Anatomia e Fisiologia	68	—					
	Microbiologia e Parasitologia	68	—					
Alimentação e Nutrição	Nutrição e Dietoterapia	34	34					
Saúde Pública	Enfer. Saúde Pública	68	136					
TOTAL		408						
TOTAL DE HORAS 3298 Estado de Integração na Empresa 238 horas								
..... de de 197.....								
SECRETÁRIA								
REGISTRO DO CERTIFICADO NO ESTABELECIMENTO								

Espaço reservado ao Órgão da Secretaria
da Saúde e do Bem-Estar Social

Outras habilitações:

Espaço reservado ao Conselho Regional
de Enfermagem

Observações:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré

Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo

Autorizado pelos Pareceres nºs 18/73 e 076/75, do Conselho Estadual de Educação. Decreto nº 343, de 28/04/1975, do Governo do Estado do Paraná.

ENSINO DE 2.º GRAU

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

O Diretor da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré de acordo com os preceitos legais e de conformidade com os graus de aprovação em todas as disciplinas do CURSO AUXILIAR DE ENFERMAGEM concluído em...../...../..... por....., filho(a) de..... e de....., nascido(a) em..... de..... de 19....., em....., Estado....., confere-lhe o título de Auxiliar de Enfermagem com base no artigo 16, da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, para que possa gozar de todos os direitos, regalias e prerrogativas concedidas a este título pelas leis do País.

Curitiba-Paraná,..... de..... de 19.....

.....
DIPLOMADO(A)

.....
SECRETÁRIA

.....
DIRETORA

HABILITAÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM — 2º GRAU				Espaço reservado ao Órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura		Espaço reservado ao Órgão do Ministério da Educação e Cultura	
Nome do Aluno:							
CURSO ANTERIOR:							
CONCLUÍDO EM 19..... NO							
COM SEDE EM:							
ESTADO:							
EDUCAÇÃO GERAL							
MATERIAS	DISCIPLINAS E ATIVIDADES	N.º DE HORAS	1.ª	2.ª	3.ª		
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	240	19.74 78	19.75 A	19.76 B		
Estudos Sociais	Geografia	60	92	-	-		
	História	60	82	-	-		
	O.S.P.B.	60	82	-	-		
Ciências	Matemática	150	90	B	-		
	Física	60	A	A	-		
	Química	60	82	-	-		
	Biologia	60	82	-	-		
TOTAL							
ARTIGO 7º							
Educação Moral e Cívica		60	-	B	-		
Educação Artística		60	95	-	-		
Programas de Saúde		30	A	-	-		
Ensino Religioso		30	-	-	-		
Educação Física		60	-	-	-		
TOTAL							
FORMAÇÃO ESPECIAL		T.	Est.				
Fundamentos de Enfermagem.	Ética e Hist. da Enfermagem	60	-				
	Técnicas Básicas de Enferm.	90	130				
Organização	Organização em Enfermagem	30	-				
Psicol. Rel. Hum	Psicologia Evolutiva	60	-				
Enfermagem	Enferm. Materno-Infantil	90	150				
	Enferm. de Saúde Pública	60	60				
	Enferm. Médico-Cirúrgica	100	260				
TOTAL							
PARTE DIVERSIFICADA		T.	Est.				
Alimentação e Nutrição	Culinária Geral e Dietética	15	15				
	Anatomia e Fisiologia	90	-				
Biologia	Microb. e Parasitologia	60	-				
TOTAL							
TOTAL DE HORAS							
Estágio de Integração na Empresa				horas			
..... de de 197.....							
SECRETARIA							
REGISTRO DO CERTIFICADO NO ESTABELECIMENTO							

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré

Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo
Autorizado pela Resolução Nº 2.338/74 da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná e Deliberação
nº 30/74, Parecer 36/74 do Conselho Estadual de Educação, Decreto nº

ENSINO DE 2.º GRAU - SUPLETIVO

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Certificamos que.....filho(a)
de.....e de.....,
.....natural de.....Estado d.....,
(Nacionalidade)
nascido(a) em.....de.....de 19....., está capacitado (a) a exercer atividades de enfermagem, por ter concluído
Curso Supletivo de QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM ao nível de 2.º grau, sem direito a prosseguimento de estudos
em nível superior, nos termos da Lei 5.692 de 11/08/71 e legislação pertinente. Recebe o título de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

CURSO CONCLUÍDO EM Curitiba-Paraná,.....de.....de 19.....

CERTIFICADO EXPEDIDO EM.....de.....de 19.....

PORTADOR(A)

DIRETORA

INSPECTOR(A) REGIONAL DE ENSINO

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM — 2º GRAU						Espaço reservado ao Órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura	Espaço reservado ao Órgão do Ministério da Educação e Cultura
Nome do Aluno:							
CURSO ANTERIOR:							
CONCLUÍDO EM 19..... NO							
COM SEDE EM:							
ESTADO:							
MATÉRIAS	DISCIPLINAS	TP	PP	T	MÉDIA	Espaço reservado ao Órgão da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social	Outras habilitações:
PARTE INSTRUMENTAL							
Ciências Biológicas	Anatomia e Fisiologia	60	—	60			
	Microbiologia e Parasitologia	60	—	60			
Alimentação e Nutrição	Nutrição e Dietética	20	40	60			
Ensino Religioso	Educação Religiosa	30	—	30			
PARTE PROFISSIONALIZANTE							
Fundamentos de Enfermagem	Ética e História da Enfermagem	60	—	60			
	Técnicas Básicas de Enfermagem	60	150	210			
Enf. Médico-Cirúrgica	Enf. Médico-Cirúrgica	90	180	270			
Enf. Materno-Infantil	Enf. Obstétrica	30	90	120			
	Enf. Pediátrica	30	90	120			
Enf. Saúde Pública	Enf. Saúde Pública	60	90	150			
	TOTAL	500	640	1.140			
ESTÁGIO DE INTEGRAÇÃO NA EMPRESA: — horas						Espaço reservado ao Conselho Regional de Enfermagem	Observações:
....., de de 197.....							
..... SECRETARIA							
REGISTRO DO CERTIFICADO NO ESTABELECIMENTO							

ANEXO - 4

Ofícios

Porto Alegre, 12 de junho de 1973.

Senhora Diretora:

Venho por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a devida permissão, no sentido de poder efetuar uma pesquisa relativa a situação de ensino de Enfermagem, a nível técnico e auxiliar, dessa Escola que, juntamente com outros dados complementares do Estado do Paraná me darão subsídios necessários à elaboração da monografia, que pretendo desenvolver sobre Recursos Humanos na Área de Enfermagem, requerida para a obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, onde estou regularmente matriculada.

Agradecendo desde já sua prestimosa colaboração ,
subscrovo-me

Atenciosamente,

Léa Maria da Fonseca
- Enfermeira -

Ilma Senhora
Imã Maria Turkiewicz
DD. Diretora da Escola Técnica de
Enfermagem Catarina Labouré.

Curitiba - Paraná

360/73

Curitiba, 25 de julho de 1973.

Senhora Enfermeira:

Acusamos o recebimento do seu ofício referente a solicitação da realização de um estudo sobre a situação de ensino desta Escola, bem como o levantamento de dados complementares sobre recursos assistenciais e humanos deste Estado, necessários à elaboração de monografia do Curso de Mestrado que V.Sª pretende concretizar.

Informamos que estamos de pleno acordo e oferecemos nossa colaboração, uma vez que o estudo em questão se reveste de grande importância para o ensino de enfermagem a nível técnico e auxiliar deste Estado.

Sendo o que temos a informar, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe nossos protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

Irma Maria Turkiewicz
Irma Maria Turkiewicz
- Diretora -

Ilma Senhora
Léa Maria da Fonseca
OO. Enfermeira da Divisão de Saúde do Departamento
de Recursos Humanos da SUDESUL

Porto Alegre- RS

361/74

Curitiba, 23 de maio de 1974,

Senhor Orientador:

Vimos por meio deste informar a Vossa Senhoria que a Enfermeira Léa Maria da Fonseca, aluna do Curso de Pós-graduação em Saúde Pública a nível de Mestrado dessa Faculdade, esteve realizando uma pesquisa "in loco" sobre a situação de ensino dos Cursos desta Escola, bem como o levantamento de outros dados do Estado do Paraná, necessários à elaboração da monografia requerida para a obtenção do seu grau de Mestre.

Aproveitamos a oportunidade para informar a V.S^a., que o trabalho desenvolvido pela referida enfermeira será de grande utilidade não só a nível desta Escola, como também no âmbito Estadual.

Sendo o que temos a informar, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe nossos protestos de estima e elevada consideração.

Cordialmente,

Irma Maria Turkiewicz
Irma Maria Turkiewicz
- Diretora -

Ilmo Senhor
Dr. Reinaldo Ramos
DD. Professor da Faculdade de
Saúde Pública da U.S.P.

São Paulo - SP.